

JF

Jornal da FENPROF | Diretor: Mário Nogueira
Mensal | n.º 314 | fevereiro 2024 | 0,50 Euros



**ELEIÇÕES
LEGISLATIVAS**

10 DE MARÇO DE 2024

A PRÓXIMA GRANDE LUTA



Ponderemos muito seriamente o que está, de facto, em cima da mesa e as consequências da opção a tomar nas eleições legislativas de 10 de março. É que esta é mesmo a próxima grande luta... e o seu resultado vai ter implicações concretas na vida de cada um de nós.

sumário



CGA: professores defendem o seu direito

São já mais de um milhar, dos quais mais de quatrocentos no norte, os docentes que recorreram à justiça para que seja reconhecido o direito legal de se manterem subscritores da Caixa Geral de Aposentações. O governo preparava-se para propor à Assembleia da República que aprovasse uma lei que impedisse a reinscrição ou, melhor dito, a manutenção da qualidade de subscritor. Tendo, agora, apenas funções de gestão, o atual governo pretende que o próximo tome a medida restritiva que ele não conseguiu. Os professores não arriscam e decidiram avançar para os tribunais. Fizeram bem. •



A intenção de privatizar

Quem tem ouvido e lido sobre as posições dos partidos em relação ao futuro da Educação, já compreendeu que a direita, incluindo a radicalizada, não desistiu da menina dos seus olhos: abrir espaço aos privados com o Estado a pagar. Daí se ouvir, de novo, a referência a “contratos de associação”, “cheque-ensino”, “sã concorrência entre público e privado”, “liberdade de escolha”, “gestão das escolas entregue à comunidade”, entre outras propostas que integram o ideário de toda essa direita. Mal seria se os professores se deixassem levar pelo que as sereias cantam, não vendo o que elas escondem. •

04. IMPRESSÕES

A próxima grande luta
FRANCISCO GONÇALVES

06. LEGISLATIVAS 2024

Debate com os partidos
A escola pública e a profissão docente no centro das atenções
JPO

08. LEGISLATIVAS 2024

Debate com os partidos
Ensino superior e Investigação científica exigem soluções
JPO

18. LEGISLATIVAS 2024

Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias
FENPROF entregou aos partidos caderno reivindicativo

19. LEGISLATIVAS 2024

O Ensino Superior e Investigação
As propostas dos partidos

23. LEGISLATIVAS 2024

Aposentados
Propostas aos partidos políticos

24. CARREIRA DOCENTE

Cronologia de uma luta dura e persistente pela carreira
JOSÉ FELICIANO COSTA

26. PROFESSORES CONTRATADOS

Docentes contratados a termo
Vale a pena lutar!
JOÃO PEREIRA

27. ESCOLA INCLUSIVA

Resultados do levantamento promovido pela FENPROF
Educação continua a não ser inclusiva

28. SISTEMA EDUCATIVO

Semestralização, porquê? ... e associada à municipalização?
JORGE GONÇALVES

29. ADSE

Continuar a luta por um sistema público e solidário!
DULCE PINHEIRO

31. ENTREVISTA

Maria Manuel Ricardo
JPO

32. DIREITOS

Posição da FENPROF sobre regulamentação da Lei, na Educação
Direito à autodeterminação da identidade e expressão de género

33. MOBILIDADE POR DOENÇA

Rostos e vozes vítimas de um desumano regime

34. CONGRESSO CGTP

Os desafios da escola pública

36. INTERNACIONAL

A solidariedade com o povo da Palestina tem de prosseguir!

37. INTERNACIONAL

¡La patria no se vende. Se defiende!
MANUELA MENDONÇA

37. CULTURAIS



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobos@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Jackeline Vieira (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Guerra (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Névia Vitorino (FENPROF), Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jpgo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 50.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O “JF” está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados, bem como a ortografia adotada são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



editorial

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário-Geral da FENPROF)

Eleições

As eleições estão à porta e já foram divulgados os programas dos partidos. É necessário que os professores os conheçam, para que não desperdicem o seu voto em soluções que se virariam contra si e contra o futuro da Escola Pública.

É claro que nem tudo o que vai na cabeça dos dirigentes partidários aparece escrito nos programas, até porque aqueles que tentam caçar votos pela via do discurso populista não querem, como diz o povo, “espantar a caça”.

Mesmo não mostrando o jogo todo, o que se consegue ver já é suficiente para deixar os professores e todos os portugueses de pé atrás em relação ao que seria o futuro da Educação se as políticas passassem a ser definidas por eles.

Lendo os programas eleitorais apresentados e/ou os programas políticos, encontramos:

- Privatização: referências à retoma dos “contratos de associação”, bem como a outros mecanismos de promoção da privatização, designadamente “cheque-ensino” ou “liberdade de escolha” entre privado e público, cabendo ao Estado financiar os alunos, independentemente da escolha;
- Concursos: revisão do regime de concursos para que obedeçam a outros requisitos, que não a graduação profissional, havendo mesmo quem refira a escolha pelos diretores como sendo a sua opção;
- Avaliação do desempenho: propostas de alteração do regime, não para acabar com as quotas e outros fatores de injustiça, mas para que se incluam novos e inaceitáveis critérios como a “eficácia” do professor ou os “resultados escolares dos alunos”;
- Salários: introduzir uma componente

variável dependente do desempenho individual, em função da avaliação realizada.

Evidentemente que (quase) todos os partidos referem como justa a recuperação do tempo de serviço, mas o futuro da profissão e da Escola Pública não se esgota nessa medida. De entre os que se comprometem com a recuperação, vários omitem outros aspetos importantes relacionados com a carreira, como a eliminação das vagas na progressão, das quotas na avaliação ou do período probatório.

Em eleições, há que pensar nas consequências do voto. Contam-nos os colegas argentinos que naquele grande país da América Latina, muitos professores deixaram-se levar pela conversa fácil de Javier Milei e agora estão na primeira linha do combate à privatização da Escola Pública e contra a tremenda desvalorização dos salários com a inflação, no final de 2023, a apresentar-se como a mais elevada do mundo, atingindo os 211%.

Que se aprenda com os outros e não esqueçamos o nosso próprio passado. Que se leiam as entrelinhas. Que se oiça o que cantam as sereias, mas sem ser levado nas suas cantigas. Que, com o voto, os professores contribuam para a valorização da profissão e a afirmação de uma Escola Pública de todos e para todos, com a elevada qualidade a que todos têm direito.

Por último, que se leve a peito o mote que a UNESCO escolheu, este ano, para o Dia Internacional da Educação, assinalado em 24 de janeiro: O papel do Professor no combate ao discurso de ódio. Num tempo como o que vivemos, em que tantos são os perigos que espreitam, esse papel assume uma importância maior. ●

“
É claro que nem tudo o que vai na cabeça dos dirigentes partidários aparece escrito nos programas, até porque aqueles que tentam caçar votos pela via do discurso populista não querem, como diz o povo, “espantar a caça”



impressões

FRANCISCO GONÇALVES (Secretário-Geral Adjunto da FENPROF)

10 de março – Legislativas 2024

A próxima grande luta

No passado dia 2 de fevereiro, na Escola Secundária D. Dinis, em Lisboa, a FENPROF realizou um debate com os partidos políticos com representação parlamentar. Participaram todos os partidos políticos, entenda-se, todos os partidos políticos que respeitam o regime constitucional vigente. Deste debate, e, principalmente, das propostas que PS, PSD, IL, PCP, BE, PAN e Livre apresentaram, deixo umas breves impressões.

Para distribuir no espaço político os sete proponentes, vou recorrer com adaptações à presente realidade, a uma das muitas “imagens” que Saramago nos legou, a do Partido da Esquerda, do Partido do Meio e do Partido da Direita. Começemos por definir o meio, o “partido charneira” do regime, no dizer dos próprios, o PS. Os restantes, vamos agrupar à sua direita, AD e IL, e à sua esquerda, PCP, BE e Livre. O PAN, dada a fluidez ideológica, deixo ao critério de cada um a sua colocação.

Às perguntas colocadas pelo Mário Nogueira, primeiro, e pelos participantes presentes no repleto auditório, depois, as respostas (e as não respostas) dadas permitiram-nos perceber que todos os partidos presentes reconhecem a existência do problema da falta de professores e a necessidade de valorizar a profissão docente. Assumiram, todos, o desígnio de recuperar o tempo do serviço dos professores, tentando fazer esquecer, alguns, posições passadas. Do Meio (inclusive) para a Direita acrescentam uma nuance - “tendo em conta as condições económicas do país”, expressão acertada em “económico-contabilistiquês”, mas inquietante em “económico-politiquês”.

Os problemas da Educação, da Escola Pública e dos docentes, contudo, não se esgotam nesta matéria. No que à Escola Pública e à rede escolar diz respeito, à Esquerda do Meio foi sublinhada a missão e o preceito constitucional da Escola Pública como obrigação do Estado e à Direita do Meio a opção de recuperar os contratos de associação e, na sua versão mais liberal, o financiamento do privado, a contratação dos professores pelas escolas e a atribuição

do vocacional (profissional) às autarquias. No Meio defendeu-se a não recuperação dos contratos de associação, apesar de, no caso da educação pré-escolar, em recente acordo do governo com o setor social, se ter invertido o preceito constitucional do privado como supletivo do público quando se estipula “verificar a existência da capacidade instalada ou da possibilidade de alargamento da rede solidária antes da criação de novas salas na rede pública”.

Quanto à questão hoje muito debatida: é a Escola Inclusiva dos DL 54/2018 e DL 55/2018 inclusiva ou exclusiva, à Direita a palavra inclusiva parece queimar a língua e fala-se de elevador social ou igualdade de oportunidades, de exames ou provas de aferição no final de ciclo e de resultados dos testes PISA, resultados dos testes PISA (que subiram de 2003 a 2015 e agora baixaram para os níveis de 2003). Rigor e excelência, portanto.

Ao Meio, e por vezes à Esquerda, é Escola Inclusiva para cima, Escola Inclusiva para baixo sem responder à questão central: com a diversidade hoje existente na escola a Escola Inclusiva dos DL 54/2018 e DL 55/2018 tem os recursos exigidos para o ser de facto? E nesta questão, à Esquerda, afirmou-se que a escola não é inclusiva porque faltam recursos e ao Meio que, apesar de os recursos não serem os necessários, a escola é inclusiva.

Em muitas das questões colocadas – precariedade, gestão e administração escolar, revisão da mobilidade por doença, reinscrição na CGA, horários e condições de trabalho, mormente do Meio para a Direita, porque, à Esquerda, houve respostas mais concretas, ou ficaram por apresentar muitas das propostas ou foram respondidas redondamente ou ficaram mesmo sem resposta.

Esta falta de resposta às perguntas colocadas obriga a leitura atenta das linhas e entrelinhas dos programas. Num tempo em que se assiste a grandes mutações no sistema partidário, com esvaziamento dos partidos ditos “clássicos” e o crescimento rápido de forças que alimentam o discurso de ódio ao outro, ao diferente, prontas a provocar, hoje, a desordem, para amanhã clamarem pela ordem, importa que os professores

sejam professores, intelectuais de facto. Intelectual não é um título, é a resultante do estudo, da reflexão, da análise da realidade.

Ponderemos muito seriamente o que está, de facto, em cima da mesa e as consequências da opção a tomar nas eleições legislativas de 10 de março. É que esta é mesmo a próxima grande luta... e o seu resultado vai ter implicações concretas na vida de cada um de nós. ●



Em muitas das questões colocadas - precariedade, gestão e administração escolar, revisão da mobilidade por doença, reinscrição na CGA, horários e condições de trabalho, mormente do Meio para a Direita, porque, à Esquerda, houve respostas mais concretas, ou ficaram por apresentar muitas das propostas ou foram respondidas redondamente ou ficaram mesmo sem resposta.



duas palavras

MANUEL NOBRE (spzs.nobre2@gmail.com)

Duas palavras para os colegas que se consideram “informados”

Aproximam-se as eleições legislativas, momento decisivo para a definição do futuro da Educação, da Escola Pública e da profissão docente. Uma vez que iremos definir a composição da Assembleia da República através da eleição de 230 deputados, devidamente eleitos pelos vários círculos eleitorais, de acordo com o conhecimento, visão e propostas para o seu distrito, e de acordo com o programa eleitoral com que se apresentam aos seus eleitores (os eleitores do seu círculo eleitoral), onde se incluem as propostas e conteúdos com abrangência nacional, as políticas a desenvolver para a Escola Pública, para os seus profissionais, e claro, para o País.

Duas palavras para os colegas que se consideram “informados”.

Muitas vezes nas escolas, em reuniões sindicais ou em conversas informais, ouvimos colegas a afirmarem que se consideram informados porque sempre que podem

veem os noticiários da noite, ouvem rádio na viagem para a escola e estão muito atentos às redes sociais. Deixo uma palavra a esses colegas, para que reflitam sobre como os populistas chegaram ao poder e como usaram a informação falsa e manipulada, as redes sociais e a comunicação “social-espetáculo”, e exemplos não faltam na Europa, nos Estados Unidos ou na América Latina. E é ver como rapidamente se reduz a qualidade dos sistemas de ensino, os direitos laborais e da vida dos trabalhadores.

Por cá, temos assistido nos últimos anos, com mais volume e insistência nas ultimas semanas, vários líderes partidários a afirmarem aquilo que durante anos rejeitaram na Assembleia da República, a contagem integral do tempo de serviço roubado aos professores, como se isso fosse o único problema dos docentes, omitindo que a par disso pretendem abrir portas à privatização da Educação, elitizar o Ensino, precarizar

a profissão, insistir na receita dos baixos salários, etc. Sobre isto, destaco a frase “o Estado tem de ter uma política oficial, judiciária, militar e estrangeira. Todas as restantes políticas, e não excludo sequer o ensino secundário, devem voltar para a atividade privada dos indivíduos. Se queremos salvar o Estado, temos de abolir o estado coletivista”, que poderia perfeitamente ser proferida por alguns dos nossos líderes partidários em campanha pelas contas certas ou por uma visão mais liberal do funcionamento do Estado. Pois este é um excerto do primeiro discurso no parlamento italiano de Mussolini (21 de junho de 1921).

A segunda palavra vai para os colegas professores que no próximo dia 10 de março terão a palavra final na definição da constituição da Assembleia da República e, por essa via, na definição das políticas para o futuro da Escola Pública, dos seus profissionais e do país. ●

CARTOON Henrique Monteiro





FENPROF realizou debate com representantes dos partidos

A escola pública e a profissão docente no centro das atenções

Num momento em que se aproximam as eleições de 10 de março, o que pensam e que compromissos assumem os diferentes partidos face aos problemas que afetam o ensino em geral, a vida nas escolas e a situação profissional dos professores portugueses?

À procura das respostas, a FENPROF realizou na tarde do passado dia 2 de fevereiro, em Lisboa, um debate com a participação de representantes de forças partidárias e uma plateia de muitos educadores e professores. A iniciativa decorreu no auditório da Escola Secundária D. Dinis, e contou com as intervenções de representantes do PS, PSD, IL, PCP, BE, PAN e LIVRE. Na página da FENPROF, os nossos leitores encontrarão os momentos mais significativos do debate, incluindo os vídeos com as declarações de:

- Porfírio Silva (PS), diretor do Jornal Ação Socialista
- Sónia Ramos (PSD), cabeça de lista ao Círculo Eleitoral de Évora
- Bruno Mourão Martins (IL), membro da Comissão Executiva do partido
- António Filipe (PCP), assessor do Grupo Parlamentar do PCP, 2.º candidato da CDU ao Círculo Eleitoral de Lisboa
- Joana Mortágua (BE), cabeça de lista do BE ao Círculo Eleitoral de Setúbal

- Pedro Fidalgo Marques (PAN), candidato por Lisboa

- Isabel Mendes Lopes (LIVRE), segunda candidata por Lisboa

O debate inseriu-se nos trabalhos do Conselho Nacional, órgão máximo da Federação entre Congressos, que prosseguiu no dia seguinte (sábado, dia 3), ainda marcado pela conferência de imprensa em que a FENPROF apresentou as ações e lutas a desenvolver nos períodos de pré-campanha e campanha eleitoral. De 26 de fevereiro a 8 de março, em todos os dias da campanha eleitoral para as eleições legislativas de 10 de março, a FENPROF vai estar nas ruas de todas as capitais de distrito do país.

“Ouvir o que os partidos propõem”

O enquadramento da sessão foi dado por Manuela Mendonça, presidente do Conselho Nacional, que agradeceu a participação dos oradores e a colaboração dos alunos do curso profissional de Técnico Multimédia da Escola Secundária D. Dinis, Erica Lima, Paulo Magnim e Válder Maia, sob a supervisão do professor Paulo Rocha, na transmissão online deste encontro.

A dirigente sindical sublinhou a importância de “ouvir o que os partidos propõem” para ultrapassar os desafios que se colocam às escolas e aos professores.

O secretário-geral da FENPROF fez

uma breve intervenção, destacando as ações que a FENPROF promove até ao fim da campanha eleitoral (incluindo o debate realizado a 9 de fevereiro sobre ensino superior e ciência) “para preparar a legislatura que vem a seguir”. Mário Nogueira falou das reuniões da Federação com os partidos (ver www.fenprof.pt) e lembrou a temática deste ano do Dia Internacional da Educação (24 de janeiro): por iniciativa da UNESCO as celebrações apontaram ao papel crucial que a educação e os professores desempenham no combate ao discurso de ódio, um fenómeno que se multiplicou nos últimos anos com a utilização das redes sociais, degradando o tecido das nossas sociedades. O mundo está a assistir ao surgimento de conflitos violentos, associados a um aumento alarmante da discriminação, do racismo, da xenofobia e do discurso de ódio. O impacto desta violência ultrapassa qualquer fronteira geográfica, de género, raça, religião ou política, offline e online. Um compromisso efetivo com a paz é hoje mais urgente do que nunca. A educação é fundamental para este objetivo, como sublinha a Recomendação da UNESCO sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Sustentável. A aprendizagem para a paz deve ser transformadora e ajudar a capacitar os alunos com os conhecimentos, os valores, as atitudes, as competências e



os comportamentos necessários para se tornarem agentes da paz nas suas comunidades.

Mais que promessas, compromissos!

O debate na Secundária D. Dinis, que se prolongou por cerca de 3 horas, era ambicioso e, à partida, procurava respostas diretas (mais que promessas, compromissos) para as perguntas dos professores sobre assuntos que marcam o seu quotidiano de preocupações, como a necessidade de reforçar o orçamento para a educação (perspetivando a meta dos 6 por cento), a recomposição e valorização da carreira, a atualização dos salários, a eliminação da

precariedade, a regularização dos horários, a redução do número de alunos por turma, a educação inclusiva, o combate à burocracia...

Mas as perguntas lançadas no encontro abordaram outras matérias também relevantes para o universo de educadores e professores, como a aposentação e a necessidade de um regime específico, a criação de um regime de mobilidade por doença, a situação dos professores do ensino profissional, a reversão do processo de municipalização, a democratização da gestão das escolas, a criação de grupos de recrutamento, a profissionalização de docentes, a reforma curricular, o reforço da autoridade dos docentes e o direito ao

exercício pleno dos direitos sindicais, a situação nas IPSS e no ensino particular e cooperativo, a valorização dos trabalhadores não docentes, a gratuitidade dos materiais escolares...

Depois de uma primeira ronda pelos representantes dos partidos, foram colocadas perguntas por muitos dos participantes. Em seguida, Manuela Mendonça deu de novo a palavra aos convidados. O debate foi transmitido em direto no canal de YouTube e na página da FENPROF. | JPO ●

 **Vídeo completo da iniciativa em:**
www.fenprof.pt/debate-2-fevereiro

Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar!

No próximo dia 10 de março realizam-se eleições que determinarão o nosso futuro próximo e as mudanças positivas ou negativas que resultem do resultado da votação dos portugueses.

Os professores, os educadores de infância e os investigadores têm, por isso, um papel muito importante, devendo conhecer o que está em causa e decidir em consciência o que fazer:

- se querem o reforço no investimento na Escola Pública e nos Serviços Públicos em geral, ou se preferem entregar aquelas que são funções sociais do Estado aos privados, pondo em causa postos de trabalho e os direitos fundamentais dos portugueses;

- se optam pela destruição dos regimes públicos e solidários de segurança social,

educação e saúde ou se preferem sujeitar-se ao plafonamento das contribuições sociais com o qual uns tudo terão e outros apenas sobreviverão;

- se querem um futuro sustentável na defesa do vínculo público de emprego ou se sujeitam à fúria destruidora dos contratos precários, regulados pelo “mercado” (leia-se, os interesses de alguns que continuarão a ganhar com a perdas da maioria dos portugueses).

Quem se compromete com a contagem do tempo de serviço e com o rejuvenescimento da profissão, mas sem perder de vista o papel regulador e promotor da qualidade de vida de todos os cidadãos que pertence ao Estado? Quem defende medidas concretas para pôr fim à precariedade, regular a legalização dos

horários de trabalho e para promover a imagem social dos professores, sem colocar a Constituição da República na prateleira?

O voto no dia 10 de março definirá muito bem as linhas com que se desenhará o nosso futuro.

Vemos, ouvimos e lemos. Não podemos ignorar!

A FENPROF já apresentou as suas propostas e reivindicações às direções dos partidos políticos que concorrem às eleições legislativas de dia 10 de março, que foram também convidados a apresentar as suas propostas em dois debates com a participação dos professores, educadores e investigadores. ●



Debate com representantes dos partidos

Ensino Superior e Investigação científica exigem soluções

O subfinanciamento do ensino superior e da investigação científica, o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), a precariedade laboral e a urgente valorização das carreiras estiveram em foco no debate que a FENPROF realizou com representantes dos partidos políticos no passado dia 9 de fevereiro, no Auditório Sedas Nunes, do Instituto de Ciências Sociais (ICS), em Lisboa.

O debate teve transmissão em direto através do canal de YouTube da FENPROF onde o leitor encontrará a gravação na íntegra, com as intervenções de todos os participantes, que deram a conhecer as políticas que os respetivos partidos se propõem levar a cabo na próxima legislatura para resolver os principais problemas que afetam os trabalhadores do Ensino Superior e da Investigação científica (ESI). Sobre a recuperação da vida democrática das instituições, a FENPROF recordou que a gestão das IES, tendo como missão o bem comum, deve ser mais participada, mais colegial, mais transparente, mais democrática. Para esse fim, é necessário que existam assembleias que permitam aos professores e à comunidade académica trocarem pontos de vista sobre o ensino e sobre a investigação, e analisarem os atos de gestão de forma mais transparente e mais democrática.

José Feliciano Costa, Secretário- -Geral

adjunto da FENPROF, agradeceu a colaboração do ICS e da sua diretora, na cedência das instalações para a realização da iniciativa e realçou o papel das diferentes organizações e entidades que têm acompanhado a Federação e os seus Sindicatos em múltiplas ações pela defesa e valorização do setor e dos seus profissionais.

O debate foi orientado por Tiago Dias, do Departamento de Ensino Superior e Investigação da FENPROF, que apresentou os participantes: Porfírio Silva (PS), Óscar Afonso (PSD), Ana Isabel Silva (BE), Cristina Cordeiro (PCP), Patrícia Gonçalves (LIVRE) e Filipe Lisboa (PAN).

Após uma primeira ronda, em que os representantes dos partidos comentaram alguns dos temas lançados por Tiago Dias, seguiu-se a apresentação de um conjunto de perguntas que chegaram ao debate via mail e outras colocadas pela assistência. Depois, pela ordem inversa, os convidados tiveram uma segunda ronda de intervenções.

Subfinanciamento = subdesenvolvimento

O problema do subfinanciamento crónico em que (sobre)vivem as instituições pública do ensino superior e da investigação esteve presente em quase todas as intervenções deste oportuno debate. Renovamos, a propósito, o convite aos nossos leitores para que acompanhem, no vídeo da página

da FENPROF, as apreciações, os comentários e as respostas dadas pelos representantes dos partidos.

Independentemente do grau de objetividade e de frontalidade com que as diferentes forças políticas encaram este problema (alguns acompanham as preocupações e sugestões da FENPROF), o subfinanciamento do setor tem que ser encarado com responsabilidade e determinação na próxima legislatura.

Como foi sublinhado na iniciativa de 9 de fevereiro, o principal obstáculo ao desenvolvimento do ensino superior e da ciência reside no subfinanciamento do sistema, que se traduz não apenas numa incapacidade das instituições fazerem face aos custos de funcionamento e aos investimentos necessários ao desenvolvimento do sistema, mas também na continuação de um caminho de generalização da precariedade de docentes e investigadores, o que constitui uma grave violação dos direitos de quem trabalha e na perda acentuada do seu poder de compra.

Prioridades da ação neste ano de 2024

Ao mesmo tempo houve quem recordasse que os docentes do ensino superior e os investigadores das instituições públicas foram os que mais perderam poder de compra em Portugal: cerca de 30% desde 2009. Por isso,



a reivindicação de uma justa atualização das tabelas salariais continuará a ser também uma prioridade da ação da FENPROF em 2024.

Os representantes dos partidos deixaram as suas mensagens, mas também ouviram as dos professores e investigadores. E uma dessas mensagens foi muito clara: da parte da FENPROF, o caminho é avançar na rua e junto das instituições e do próximo governo, no combate à precariedade laboral no ensino superior e na ciência.

Está na ordem do dia a mais que justa integração nas carreiras de todos os “falsos” docentes convidados e dos milhares de doutorados com diversos vínculos precários, a transformação de todas as bolsas de investigação em contratos de trabalho

e a extinção do estatuto do bolsheiro de investigação.

Milhares de investigadores têm contratos a termo que terminam agora em 2024 e nos anos seguintes. É preciso encontrar soluções!

Uma nota final para sublinhar que a revisão do RJIES não pode ser desligada de outra legislação conexas que também urge ser revista, como é o caso dos Estatutos das carreiras docentes e de investigação científica. Mas a FENPROF chama também a atenção para a necessidade de regulamentar as carreiras do pessoal docente e de investigação dos estabelecimentos de ensino superior particulares e cooperativos.

Estes são dois exemplos de processos que exigem uma intervenção dinâmica

para avançar no processo de convergência das carreiras do universitário e politécnico, desde logo as desigualdades salariais e de carga letiva ainda existentes, mas também para implementar mecanismos que efetivamente permitam aos docentes e investigadores terem as suas carreiras, algo que hoje em dia é visto apenas como uma miragem longínqua dado o muito insuficiente número de concursos que têm sido abertos para as categorias de topo das carreiras a par do continuado bloqueio das progressões salariais. | JPO ●



Vídeo completo da iniciativa em:

www.fenprof.pt/debate-sobre-ensino-superior-e-investigacao

Exigem-se respostas!

• A gestão das instituições define, em grande medida, as suas vivências.

Assim, o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), ao introduzir a Nova Gestão Pública na gestão das Universidades e Politécnicos – a qual, no essencial, consiste na aplicação ao setor público dos métodos de gestão do setor privado –, teve como principal consequência comprometer a democracia, a transparência, a colegialidade e a participação nas Universidades e Politécnicos. Num outro nível, mais grave, o RJIES abriu a porta à criação das fundações, uma forma de subtrair estas instituições ao domínio público e que favorece a generalização da precariedade de investigadores e docentes. | *Do parecer da FENPROF, julho 2023*

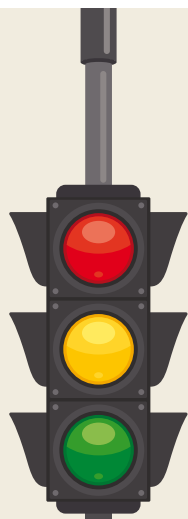
• A precariedade laboral é um grave problema

que há muito afeta o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e que se tem vindo a agudizar significativamente nos últimos anos, com elevado prejuízo para milhares de trabalhadores científicos, em que se incluem os investigadores científicos e os docentes do ensino superior. A FENPROF tem estado fortemente empenhada na resolução deste dramático problema desde o primeiro momento. Nos últimos anos, apresentou várias soluções para pôr termo à contratação precária neste setor e desenvolveu várias iniciativas para sensibilizar a opinião pública e os agentes do setor para as vantagens deste justo desígnio.



• Como sublinhou Tiago Dias

no debate de 9 de fevereiro, os sindicatos são parte ativa na resolução dos problemas que continuam a afetar o ensino superior e a investigação científica. “Nenhum país se desenvolve se este setor não for apoiado e estimulado”, referiu o dirigente sindical, que deixou alguns avisos à navegação. Por exemplo: a resolução dos problemas passa por uma “efetiva política de negociação”. E esta acaba muitas vezes por ser esquecida pelos que, na sequência das eleições, ocupam as cadeiras do poder... ●



Programas dos Partidos Da resposta aos problemas à criação de outros

A FENPROF propôs-se conhecer os programas dos partidos com assento parlamentar e avaliar as propostas que integram. Encontrou respostas para os problemas colocados nas últimas duas legislaturas pelos professores, as quais contribuiriam para resolver problemas graves por que passa o sistema educativo português. Desde logo uma enorme carência de docentes dos diversos níveis de ensino, já com incidência em quase todos os grupos disciplinares, e a falta de atratividade da profissão – carreira longa e desestruturada, baixos salários, horários desregulados e falta de condições adequadas ao exercício da profissão, elevada precariedade, desvalorização da formação profissional dos docentes, grave carência democrática do regime de gestão, subjugação do sistema público aos interesses locais autárquicos, dependência financeira da União Europeia...

Porém, nalguns casos, e principalmente nos

programas dos partidos à direita e no centro-direita do espectro político, as propostas, em muitos casos, criam novas situações problemáticas, assentes na agenda liberal, com a atribuição ao Estado de um papel progressivamente regulador, competindo-lhe, principalmente, passar o cheque, colocando público e privado, em termos de oferta, no mesmo plano. Da área do governo é a velha “evolução na continuidade”, que poucos resultados produz, quando seria necessário, nalguns casos, grandes mudanças.

Tomando por referência os 12 objetivos reivindicativos apresentados, em reuniões com os partidos, foi possível aferir as opções e perceber qual a direção dada por cada um em matéria de Educação, Escola Pública e Profissão Docente.

As propostas são sinalizadas da seguinte forma: Proposta positiva (verde); Negativa ou inexistente (vermelho); Não altera a situação existente (amarelo). ●



proposta positiva



proposta que não altera a situação



proposta negativa ou inexistente



PS Partido Socialista



Carreira

Em matéria de recomposição da carreira é um “não me comprometo”. Opta-se pela formulação vaga, sem quaisquer compromissos quanto à forma e ao conteúdo, explicitando, apenas que será de forma faseada. O PS refere o início de negociações, no prazo da legislatura, sem explicar a forma como pretende fazê-lo, parecendo deixar tudo na mesma, também, quanto ao fim das quotas da avaliação e das vagas para progressão.



Salários

O PS não assume qualquer compromisso quanto à necessidade de recuperar o poder de compra, não prevendo compensar as perdas acumuladas por via da inflação. Apenas admite a “redução do hiato entre os índices remuneratórios da base da carreira docente e os índices mais altos”, mas fazendo depender quaisquer mudanças neste âmbito de um “pacto social para alterar salários”.



Precariedade

Propõe-se prosseguir o realizado nos últimos 8 anos, não alterando processos de vinculação que garantam a verdadeira estabilização profissional de muitos milhares

de docentes. Refira-se, a este propósito, não haver uma única palavra quanto à forma de recuperar os mais de 20.000 docentes que abandonaram a profissão ou dela desistiram à entrada por inexistência de condições. Novidade será, apenas, a garantia de “vínculo adequado aos técnicos especializados das escolas”, não se percebendo o que significa verdadeiramente.



Horários

Não existe qualquer proposta para regularizar os horários de trabalho, para clarificar o conceito de componentes letiva e não letiva, nem para reduzir o número de alunos por turma, entre outros problemas. Em relação aos docentes com regime de monodocência com mais de 60 anos, o PS abandonou propostas anteriormente defendidas.



Condições de trabalho

É defendida, a desburocratização da função docente, “garantindo que as escolas têm as condições e meios necessários e adequados para assegurar o trabalho administrativo-burocrático”.



Aposentação

Nenhuma proposta que sugira a defesa de um regime específico de aposentação para os professores



Mobilidade por doença

Nenhuma proposta que revele a intenção de alterar o regime legal em vigor, fortemente penalizador e injusto.



Municipalização

Consolidação da Municipalização (transferência de competências para os municípios)



Democratização da gestão das escolas

O PS, contrariamente ao que já chegou a admitir, entende que a haver alterações no regime, tais alterações não podem conflitar com a processo de transferência de competências, admitindo, apenas e explicitamente, o reforço da participação dos alunos.



Formação de docentes

Quanto à necessidade de uma formação de docentes de qualidade em todas as suas modalidades (inicial, contínua e especializada) o PS nada esclarece. Apenas uma referência à intenção de “desenvolver um programa de estímulo para a formação de professores, aliando indicadores de qualidade na formação a reforços financeiros específicos para estes programas”



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

Não existe qualquer proposta.



Reforço da autoridade dos professores

Apesar da inexistência de medidas concretas que valorizem profissionalmente os docentes, o PS defende a criação de um Plano Nacional de Combate à Indisciplina e Violência Escolares.



Direitos sindicais

O PS ignora problemas existentes e não manifesta qualquer intenção em garantir direitos sindicais dos trabalhadores como sejam os direitos de reunião, à greve e de participação na tomada de decisões sobre o seu próprio exercício profissional, na linha, aliás, do que tem sido construído de perda de autonomia, em resultado do regime de gestão vigente.



Escola Pública

O PS reafirma a defesa da Escola Pública como uma das grandes conquistas de Abril, a par do SNS. No entanto, para além de duas novidades positivas – universalização do acesso às creches e de uma maior intervenção do Estado neste domínio e do alargamento da rede de escolas de artes visuais (ensino artístico especializado) – não se percebe como pretende concretizar essa prioridade, principalmente se se considera que a atratividade da profissão é determinante para a valorização da Escola Pública. ●

| Objetivos reivindicativos – respostas do PS | | | |
|---|---|---|---|
| Recompôr a carreira | | X | |
| Atualizar os salários | | | X |
| Eliminar a precariedade | | X | |
| Regularizar os horários | | | X |
| Melhorar as condições de trabalho | X | | |
| Criar um regime específico de aposentação | | | X |
| Criar um regime de mobilidade por doença | | | X |
| Reverter a municipalização | | | X |
| Democratizar a gestão das escolas | | | X |
| Garantir uma formação de docentes de qualidade | | X | |
| Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce) | | | X |
| Reforçar a autoridade dos professores | | X | |
| Exercer plenamente os direitos sindicais | | | X |
| Valorização da escola pública | | X | |



Aliança Democrática

- PPD/PSD, CDS-PP, PPM



Carreira

Recuperação integral do tempo de serviço ainda congelado à razão de 20% ao ano, até ao final da legislatura. Nada é referido quanto aos docentes que, já estando no topo da carreira, não conseguirão retirar qualquer proveito desta recuperação. É referida a criação de um referencial para a Avaliação do Desempenho Docente.



Salários

A AD propõe-se a rever o salário no início da carreira e rever os índices e escalões no sentido de simplificar o sistema remuneratório. Propõe, ainda, criar uma dedução (não quantificada) em sede de IRS das despesas de alojamento dos professores que se encontrem deslocados a mais de 70 km da sua área de residência, e a criar incentivos para a fixação de docentes em zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores, como acontece atualmente na região de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve, sem especificar que incentivos poderão ser.



Precariedade

Nada é referido acerca da precariedade do pessoal docente.



Horários e condições de trabalho

Não existe qualquer proposta para regularizar os horários de trabalho, para clarificar o conceito de componentes letiva e não letiva, nem para reduzir o número de alunos por turma, entre outros problemas. É referida “a possibilidade de horas extra dos professores, de forma temporária e facultativa” e a flexibilização das cargas letivas obrigatórias nos vários níveis de escolaridade.



Condições de trabalho

É defendida, de forma vaga, a desburocratização do “trabalho dos professores, dando-lhes autonomia, autoridade e melhores condições para ensinar e apoiar os alunos”.



Aposentação

Não é apresentada nenhuma proposta que sugira a defesa de um regime específico de aposentação para os professores.



Mobilidade por doença

Não há nenhuma proposta que revele a intenção de alterar o atual regime legal, fortemente penalizador e injusto.



Municipalização

A AD pretende “melhorar o sistema de transferência de competências para as Autarquias”, o que, aliada à pretensão de “redefinir o papel do Ministério da Educação, atribuindo responsabilidades de regulador e não de decisor sobre o funcionamento de todas as escolas públicas”, de construir um novo modelo de autonomia e gestão das escolas, que robusteça a autonomia financeira, pedagógica e de gestão de recursos humanos das escolas, e de “alterar o modelo de colocação de docentes, de modo a ter em consideração outros fatores, como a residência e avaliação”, deixa antever um modelo de gestão de recursos humanos fortemente baseado em critérios subjetivos totalmente permeáveis a jogos de influências.



Democratização da gestão das escolas

Embora haja várias referências à intenção de alterar o modelo de gestão, a vários níveis, ouvindo diretores e professores, nada é referido quanto à implementação de um modelo democrático e colegial.



Formação de docentes

Apesar de referir a intenção de “reforçar a formação inicial e contínua de Educadores que trabalhem com crianças de 0-3 anos”, de “adequar a formação contínua às necessidades de professores e escolas, valorizando a autonomia das escolas na elaboração dos seus planos de formação” (o que já existe com os atuais centro de formação de agrupamentos de escolas), e de “adequar a formação inicial de professores,

em linha com as necessidades do sistema educativo”, nada é referido e nem se antevê preocupação com a qualidade da formação ministrada em todas as suas modalidades, principalmente na inicial.



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

Nenhuma referência.



Reforço da autoridade dos professores

Nenhuma referência a medidas concretas que a tal conduzam.



Direitos sindicais

Não há nenhuma referência à negociação com as estruturas sindicais e nem ao exercício dos direitos sindicais.



Escola Pública

A AD pretende retomar todo o sistema de contratos de associação (as PPP na Educação) em todos os níveis de educação e ensino, desde a creche ao ensino secundário. Muito negativa é a pretensão de implementar provas de aferição nos 4.º e 6.º anos com a publicação dos “resultados das provas de aferição, a nível nacional e de agrupamento, para fins de prestação de contas e valorização das provas”. A proposta de fusão dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, quando ainda não houve uma reflexão aprofundada em conjunto com os professores, é motivo de preocupação, pois, tal, a fazer-se, deveria ser antecedido de um amplo debate público. ●

| Objetivos reivindicativos – respostas da AD | | | |
|---|---|---|---|
| Recompor a carreira | | X | |
| Atualizar os salários | | X | |
| Eliminar a precariedade | | | X |
| Regularizar os horários | | | X |
| Melhorar as condições de trabalho | X | | |
| Criar um regime específico de aposentação | | | X |
| Criar um regime de mobilidade por doença | | | X |
| Reverter a municipalização | | | X |
| Democratizar a gestão das escolas | | | X |
| Garantir uma formação de docentes de qualidade | | X | |
| Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce) | | | X |
| Reforçar a autoridade dos professores | | | X |
| Exercer plenamente os direitos sindicais | | | X |
| Valorização da escola pública | | X | |



Carreira

O IL quer reestruturar a carreira docente, valorizando os professores, melhorando as condições de trabalho e “criando contextos de atratividade” (não especificados) para novos profissionais e recuperação dos que trocaram a docência por outras profissões. Porém, o modelo para essa reestruturação deve assentar numa perspectiva meritocrática da avaliação docente baseada no desempenho e na eficácia, podendo incluir feedback dos alunos e resultados escolares. Defende a promoção de um sistema de formação contínua que valorize a participação em conferências, workshops e cursos de atualização profissional e a recompensa do desempenho excepcional.



Salários




Para o IL, a falta de atratividade salarial – a par do envelhecimento da classe docente – é das principais razões para a escassez de professores nas escolas. Ainda assim, e apesar de notar que o salário dos professores à entrada na carreira é, em média, inferior ao de outros profissionais com habilitação semelhante no setor privado, o programa eleitoral não contempla nenhuma medida específica para a valorização salarial da carreira docente.



Precariedade

O IL considera que o modelo de concursos nacionais e o processo de contratação local, atual, não servem. Porém, como solução, aponta para o maior autonomia na contratação de professores pelas escolas ou agrupamentos. Para acelerar as colocações em regime de contratação local, o IL propõe a revisão das condições de publicação dos concursos, dos tempos do processo e dos “fluxos de decisão”. O desconhecimento prévio dos horários de trabalho a que os professores se candidatam e o processo de recuperação de vagas (em caso de não aceitação) para a reserva de recrutamento são exemplos referidos como imprevisibilidades que contribuem para a falta de atratividade da carreira docente. O IL, defende, no entanto, a contratação de docentes aposentados para mitigar a escassez de professores nas escolas.

Objetivos reivindicativos – respostas do IL

| |  |  |  |
|---|---|---|---|
| Recompor a carreira | | X | |
| Atualizar os salários | | X | |
| Eliminar a precariedade | | | X |
| Regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho | | | X |
| Criar um regime específico de aposentação | | | X |
| Criar um regime de mobilidade por doença | | | X |
| Reverter a municipalização | | | X |
| Democratizar a gestão das escolas | | | X |
| Garantir uma formação de docentes de qualidade | | | X |
| Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce) | | | X |
| Reforçar a autoridade dos professores | | | X |
| Exercer plenamente os direitos sindicais | | | X |
| Defesa da Escola Pública | | | X |



Horários e condições de trabalho

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência aos horários dos educadores e professores.

Além de uma vaga referência no âmbito da reestruturação da carreira, o programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida relativa a condições de trabalho.



Aposentação

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência à aposentação de docentes.



Mobilidade por doença

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência à mobilidade por doença.



Municipalização

O programa eleitoral do IL propõe mais autonomia administrativa para as escolas, incluindo na gestão de recursos humanos,

mas não faz qualquer referência à municipalização.



Democratização da gestão das escolas

Preconizando mais autonomia administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, o programa eleitoral do IL não faz qualquer referência a modelos de gestão.



Formação de docentes

Além de referências genéricas em sede de avaliação de desempenho e de desenvolvimento da carreira, o programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida relativa à formação de docentes, inicial e/ou contínua.



Criação de grupos de recrutamento

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência à criação de grupos de recrutamento.

**Reforço da autoridade dos professores**

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência à autoridade dos professores.

**Direitos sindicais**

O programa eleitoral do IL não apresenta qualquer medida nem referência aos direitos sindicais dos docentes.

**Escola Pública**

Numa perspetiva liberalizadora – menos Estado – O IL propõe a transferência do financiamento das escolas para os alunos – dando às famílias liberdade de escolha das escolas (públicas, privadas ou sociais) que passariam a ser todas financiadas pelo Estado com um duvidoso enquadramento constitucional. Defende, também, a retoma da política de contratos de associação. Defende a universalização da frequência de creches e Educação Pré-

Escolar (com novo modelo de financiamento, não especificado), o aumento de vagas em creches, através da criação de uma via verde para licenciamento de estabelecimentos, e a criação de cheque-creche (setor privado ou social). Defende, ainda, o desenvolvimento de rankings de escolas que tenham em conta o desempenho esperado/obtido e os contextos socioeconómicos.

Tudo soluções que apontam para um Estado que paga, mas que perde a função social da Educação para todos, em igualdade de oportunidades. ●

**CDU - PCP/PEV - COLIGAÇÃO****DEMOCRÁTICA UNITÁRIA****Carreira**

O programa eleitoral da CDU confirma a vontade em resolver a situação de roubo do tempo de serviço, defendendo a recuperação integral do tempo de serviço de todos os professores e educadores. Junta a este compromisso o de revogar o SIADAP (modelo de avaliação do desempenho) e o de eliminar as quotas na avaliação e as vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões. Defende ainda o fim do período probatório. Defende a contagem do tempo de serviço dos educadores de infância em funções prestadas em creche.

**Salários**

A proposta eleitoral da CDU é a da recuperação efetiva do poder de compra, defendendo, desde já, o aumento geral mínimo de 15% não inferior a 150 euros.

**Precariedade**

Para a CDU, a precariedade é caracterizada por emprego sem direitos, horários desregulados, salários que não acompanham o aumento do custo de vida e empobrecem os trabalhadores, bem como falta de condições de trabalho dignas. É isto que a CDU se propõe afastar. Por isso, defende o fim de “todas as formas de precariedade e a integração nos quadros de todos os trabalhadores com vínculos precários que satisfaçam necessidades permanentes das escolas”, e a “vinculação com 3 ou mais anos de serviço”. Pretende rever o regime de recrutamento, seleção, mobilidade e contratação de pessoal docente.

**Horários e condições de trabalho**

Para a CDU, a melhoria das condições de trabalho passa pela redução do número de alunos por turma e de níveis por professor, assim como por reforçar os recursos humanos e materiais no âmbito da educação inclusiva, garantindo que a contratação de pessoal docente e não docente seja feita com formação adequada. Assim como pretende o reforço dos apoios a crianças que não têm o português como língua materna e a criação do grupo de recrutamento da Intervenção Precoce.

**Aposentação**

Acompanhando aquela que é uma das principais exigências dos professores e uma das maiores motivações da forte luta desenvolvida, a CDU compromete-se a procurar aprovar um regime específico de aposentação para os professores e educadores “que tenha em conta as características da atividade e o desgaste que dela decorre”. Fim do fator de sustentabilidade que penaliza em 15,8% as pensões antecipadas, reposição da idade legal de aposentação aos 65 anos, direito à pensão de aposentação de velhice aos 40 anos de descontos (sem penalizações).

**Mobilidade por doença**

Para além de um conjunto de propostas que protegem a situação dos professores e educadores com doença incapacitante, designadamente no caso de doença crónica e sempre que o grau de incapacidade é elevado, a CDU compromete-se a repor o regime de Mobilidade por Doença que o governo do PS revogou. Neste domínio refiram-se, ainda, mudanças no acesso às juntas médicas, obtenção de atestados multiusos e sua renovação.

**Municipalização**

A CDU defende a “reversão do processo de transferência de encargos para as autarquias locais e o que significa de ataque à universalidade de direitos sociais e de aumento de desigualdades territoriais”.

**Democratização da gestão das escolas**

A CDU compromete-se com a “implementação de um modelo verdadeiramente democrático de gestão das escolas”.

**Formação de docentes**

A CDU considera ser importante e necessária a “efetivação do direito à formação contínua, instrumento essencial de atualização profissional e reforço das qualificações e competências”. No âmbito da educação inclusiva a CDU tem no seu programa, como prioridade, “a contratação de trabalhadores, tais como docentes e técnicos especializados em número e com formação adequada”. Não explicita se pretende rever o modelo de formação inicial entretanto alterado pelo atual governo.

**Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)**

A CDU admite a criação do grupo de recrutamento de Intervenção Precoce, mas não o de Teatro e Expressão Dramática, apesar de ter, anteriormente, promovido iniciativas parlamentares sobre esta matéria.

**Reforço da autoridade dos professores**

Nenhuma referência a medidas que a tal conduzam, explicitamente. No entanto, a CDU elege o combate à precariedade, a valorização salarial e da sua carreira,

a elevação do prestígio profissional, a estabilização profissional, a formação de qualidade e a criação de melhores condições de trabalho como formas de reforço da autoridade do professor.



Direitos sindicais

Nesta matéria, a CDU também é muito clara e defende o reforço dos “direitos dos trabalhadores e o exercício da liberdade sindical”, bem como o aperfeiçoamento e a ampliação dos “mecanismos de democracia participativa, designadamente através do uso de todos os direitos que a Constituição consagra”, incluindo o direito de greve, o que passa por pôr fim a abusivos serviços mínimos limitadores desse direito. Garantia do direito das organizações de trabalhadores a exercerem a sua ação nos locais de trabalho.



Escola Pública

A CDU defende uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País, a universalidade no acesso à escola pública e maior investimento na garantia de Escola Pública, gratuita e de qualidade e inclusiva. Manifesta-se frontalmente contra a reconfiguração do Estado com o objetivo de servir os interesses do poder económico, e lógicas liberais de garantia do serviço suportado pelo Estado para benefício do setor privado do ensino. ●

| Objetivos reivindicativos - respostas da CDU (PCP/PEV) | | | |
|---|---|---|--|
| Recompor a carreira | X | | |
| Atualizar os salários | X | | |
| Eliminar a precariedade | X | | |
| Regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho | X | | |
| Criar um regime específico de aposentação | X | | |
| Criar um regime de mobilidade por doença | X | | |
| Reverter a municipalização | X | | |
| Democratizar a gestão das escolas | X | | |
| Garantir uma formação de docentes de qualidade | | X | |
| Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce) | | X | |
| Reforçar a autoridade dos professores | X | | |
| Exercer plenamente os direitos sindicais | X | | |
| Defesa da Escola Pública | X | | |

Bloco de Esquerda



Carreira

O BE defende a contagem integral do tempo de serviço e a eliminação das vagas de acesso aos 5º e 7º escalões. Quer um regime de compensação a docentes deslocados e a contabilização do tempo de serviço dos Educadores de Infância afetos às creches para todos os efeitos do Estatuto da Carreira Docente.



Salários

Na sua proposta defende o aumento salarial anual mínimo ajustado à inflação e aumentos reais no quadro da valorização da Administração e serviços públicos.



Precariedade

Pretende a aprovação de um programa de vinculação extraordinária de docentes

precários e alteração da norma travão, acompanhado da redução da área geográfica dos QZP. Defende as mesmas normas de vinculação para os técnicos especializados. Com isto entende ser possível preparar a renovação geracional a uma década, evitando a saída abrupta de quase metade do corpo docente e acautelando a entrada atempada de novos docentes.



Horários e condições de trabalho

Para o BE, todas as tarefas docentes devem ser exclusivamente consideradas componente letiva, terminando com a designação de componente não letiva, sem explicitar como concretiza essa proposta. Também não está muito clara a proposta de “igualdade de horários para todos os docentes e recuperação dos horários de 22 horas”, assim como os cálculos por tempos em vez de minutos.



Aposentação

Regime temporário de antecipação da aposentação das professoras e professores

com idade próxima da reforma (medida de adesão voluntária e que deve incluir a possibilidade de reconversão de tempo de serviço ainda não contabilizado em antecipação da reforma). Não defende um regime específico de aposentação para os professores e educadores.



Mobilidade por doença

Apesar de já o ter defendido noutras situações, não tem proposta para revisão do regime penalizador, atualmente em vigor.



Municipalização

Para o BE a descentralização faz-se com o reforço da autonomia das escolas, defendendo a reversão da municipalização



Democratização da gestão das escolas

O BE defende a “revisão da legislação sobre gestão escolar e do estatuto do aluno”, assumindo-o como prioridade. Defende um

modelo com maior participação de alunos, professores e funcionários, encarregados de educação e toda a comunidade que a escola integra.



Formação de docentes

Garantia de profissionalização a todos os docentes não profissionalizados. Melhoria da formação inicial e contínua, bem como alteração do sistema de avaliação de desempenho, da sua subjetividade e injustiça.



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

Não existe qualquer proposta para a criação dos grupos de recrutamento de Intervenção Precoce e de Teatro e Expressão Dramática.



Reforço da autoridade dos professores

Apesar da formulação genérica de defesa da valorização da profissão docente, o BE não aponta medidas que reforcem a autoridade dos docentes, apesar de manifestar preocupação com diversas formas de violência sobre os jovens, as mulheres, de género, no desporto, etc.



Direitos sindicais

Não existe qualquer referência aos problemas existentes com os direitos sindicais, designadamente direito de reunião e à greve, onde se incluem o recurso abusivo a serviços mínimos.



Escola Pública

Elegendo a falta de professores como um dos maiores problemas da escola pública, o BE defende que é preciso começar por garantir o respeito pela profissão docente, condição de estabilidade e qualificação.

Menos burocracia e mais participação. Melhores condições de remuneração e carreira. O BE defende o reforço das respostas de educação inclusiva nas escolas, ao nível da rede e do recrutamento de profissionais e o combate à curricularização das atividades de complemento, extra e enriquecimento curricular.

| Objetivos reivindicativos - resposta do BE | | | |
|---|---|---|---|
| Recompôr a carreira | X | | |
| Atualizar os salários | X | | |
| Eliminar a precariedade | X | | |
| Regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho | | X | |
| Criar um regime específico de aposentação | | X | |
| Criar um regime de mobilidade por doença | | | X |
| Reverter a municipalização | X | | |
| Democratizar a gestão das escolas | X | | |
| Garantir uma formação de docentes de qualidade | X | | |
| Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce) | | | X |
| Reforçar a autoridade dos professores | | | X |
| Exercer plenamente os direitos sindicais | | | X |
| Valorização da escola pública | X | | |



LIVRE LIVRE



Carreira

Propõe dignificar a carreira docente, revendo o ECD, “desbloqueando a progressão dos professores no 5º e 7º escalões e eliminando as quotas”. Prevê “a contagem integral e faseada do tempo de serviço passado”, admitindo “uma regularização total a dois anos ou com outro prazo resultante do diálogo social”, e a revisão dos modelos de avaliação e concurso.



Salários

No que à carreira docente diz respeito propõe a redução da “assimetria salarial entre os

escalões de ingresso e os de topo”. Avança a oferta de “incentivos à profissão de forma a atrair novos profissionais, através de um subsídio de deslocação para quem ficar a mais de 60 km da sua área de residência”.



Precariedade

Propõe acabar com o trabalho precário na Administração Pública, “assegurando e possibilitando a integração de todas as pessoas que desempenham funções permanentes”.



Horários

Não foram encontradas referências à problemática dos horários de trabalho de professores e educadores.



Condições de trabalho

Propõe a redução drástica da burocracia e o reforço do pessoal técnico que acompanha os alunos de forma mais individualizada. Avança a redução do número de alunos por turma e a criação de condições para uma nova organização não baseada em turmas mas antes em comunidades de aprendizagem (aspeto não desenvolvido).



Aposentação

Defende que docentes de todos os níveis de ensino tenham direito a aposentar-se, com pensão por inteiro, aos 36 anos de serviço, independentemente da idade. Salvaguarda uma discriminação positiva para quem tenha exercido as suas funções profissionais em

regime de monodocência.



Mobilidade por doença

Refere-se à necessidade de reformulação do diploma da mobilidade por doença.



Municipalização

Não se refere à transferência de competências em curso e à municipalização na área da educação.



Democratização da gestão das escolas

Propõe que a eleição do órgão de gestão da escola seja realizada com a participação, no colégio eleitoral, de todo o pessoal docente e não docente, representantes de encarregados de educação e representantes dos alunos do ensino secundário». Também «a coordenação das estruturas pedagógicas intermédias deverá ser eleita entre pares, e não por nomeação». O «Conselho Pedagógico deverá ter independência e autonomia e as suas competências deverão ser reforçadas» e a «composição e competências do Conselho Geral deverão ser redefinidas».



Formação de docentes

Defende a necessidade de investimento “numa formação inicial que garanta um contacto efetivo e continuado com o trabalho escolar, sob supervisão de docentes com experiência, que obtenham redução de horário para poderem acompanhar e orientar estágios”, e a criação de «estágios pedagógicos num formato semelhante aos que existiam no sistema pré-Bolonha”. Porém, a proposta de se «criar a figura do monitor/tutor no ensino secundário», «posição à qual poderiam concorrer alunos do ensino superior e recém-licenciados sem formação pedagógica» pode, ser uma porta aberta para se aprofundar a trajetória de ensino sem habilitação profissional.



Criação de grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce)

No programa eleitoral não há referência à criação dos grupos de recrutamento do Teatro e Expressão Dramática, bem como de Intervenção Precoce o que, sendo negativo, não é compensado com a defesa de criação de grupos de recrutamento de Ciências Sociais, Português Língua Não Materna e Psicologia, quando estas vertentes estão já, de algum modo contemplados no âmbito de outros grupos de recrutamento.

| Objetivos reivindicativos – respostas do LIVRE | | | |
|---|---|---|---|
| Recompor a carreira | X | | |
| Atualizar os salários | X | | |
| Eliminar a precariedade | X | | |
| Regularizar os horários | | | X |
| Melhorar as condições de trabalho | X | | |
| Criar um regime específico de aposentação | X | | |
| Criar um regime de mobilidade por doença | X | | |
| Reverter a municipalização | | X | |
| Democratizar a gestão das escolas | X | | |
| Garantir uma formação de docentes de qualidade | | X | |
| Criar grupos de recrutamento (Teatro e Expressão Dramática e Intervenção Precoce) | | X | |
| Reforçar a autoridade dos professores | | | X |
| Exercer plenamente os direitos sindicais | | | X |
| Valorização da escola pública | X | | |



Reforço da autoridade dos professores

Não foram encontradas referências.



Direitos sindicais

Não foram encontradas referências.



Escola Pública

Propõe centrar a escola em cada aluno. Defende a capacitação da educação pública, bem como a garantia da efetiva gratuitidade no sistema de ensino público e da escola pública como uma opção viável desde os 4 meses.



Pessoas Animais Natureza

À hora de fecho desta edição do Jornal da FENPROF, o PAN não tinha enviado à FENPROF, nem publicado nos seus meios de comunicação o Programa Eleitoral/Propostas para a próxima legislatura, pelo que não foi possível integrar um trabalho que pretendíamos fazer quer para o ensino não superior, quer para o ensino superior e investigação.

Porque não há referência às propostas de todos os partidos com representação parlamentar?

A FENPROF aderiu e envolveu-se na Campanha da UNESCO, promovida no Dia Internacional da Educação, defendendo que os professores têm um papel preponderante no combate ao discurso de ódio. A FENPROF revê-se na atual Constituição da República, defendendo os direitos, liberdades e garantias nela consagrados. Face a isto, em defesa da Democracia, entendeu-se não abordar o programa de quem difunde um discurso populista que esconde o ideário que perfilha.



Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias

FENPROF entregou aos partidos caderno reivindicativo

Nos últimos anos, por não ter sido eliminada a norma do Código de Trabalho relativa à caducidade das convenções coletivas, a situação socioprofissional dos docentes, a exercer funções no Ensino Particular e Cooperativo e no setor social, IPSS e Misericórdias, agravou-se substancialmente — em relação à carreira e às condições de trabalho — devido a uma postura de intransigência e pouca flexibilidade por parte das associações patronais destes setores. Num quadro geral de escassez grave de profissionais, o agravamento referido vai tornando especialmente problemática a permanência de docentes em muitos destes estabelecimentos.

(...)

Relativamente ao Ensino Particular e Cooperativo, após sete anos de ausência de um CCT, devido, em decisiva medida, à norma da caducidade das convenções coletivas, só foi possível chegar a um acordo com a CNEF em outubro de 2022, que culminou na celebração de um novo CCT, publicado em dezembro do mesmo ano.

Consciente de que foi o acordo possível naquele momento, a FENPROF comprometeu-se a melhorar o mesmo, tendo iniciado um novo processo negocial em 2023, com vista à revisão de algumas matérias do CCT,

nomeadamente a recuperação de tempo de serviço, a melhoria do reposicionamento na carreira para os professores do ensino profissional, a alteração da organização do horário letivo dos docentes do ensino artístico especializado e consequente diminuição do número de tempos letivos.

Acresce ainda que, tanto no ensino profissional, como no ensino artístico especializado, setores que dependem de financiamento público, a situação negocial ainda se afigura mais difícil.

(...)

Embora o governo tenha reposto, recentemente, o corte de 5% do financiamento do valor do subsídio anual por turma, que se mantinha desde o período da *troika*, aplicando-se este ano letivo apenas às turmas de iniciação dos cursos profissionais, os valores publicados na Portaria n.º 281-B/2023 não tiveram qualquer atualização face aos que estão em vigor desde 2010.

Em relação ao ensino artístico especializado (EAE), o atual modelo de financiamento, baseado no custo por aluno, não se adequa às necessidades existentes, (...).

Quanto aos setores das IPSS e das Misericórdias, apesar de o Governo ter assegurado a gratuidade das creches para as crianças nascidas a partir de 1 de setembro de 2021, medida para a qual a FENPROF lutou

ao longo dos anos, e apesar do financiamento por parte da Segurança Social ter passado para 460 euros por cada criança, as/os educadoras/es de infância que exercem funções naquela valência no setor social, têm sido discriminadas/os e, conseqüentemente, penalizadas/os no que respeita à progressão na carreira, relativamente às/aos educadoras/es que desempenham funções na educação pré-escolar.

Esta situação decorre de uma norma existente, desde 2006, na Convenção Coletiva de Trabalho, assinada com a CNIS e a UMP, que estabelece um bloqueamento na carreira das/os educadoras/es em creche, ao limitar a sua progressão ao nível 5 (16/19 anos) numa carreira com 10 níveis. Foi sempre assumida entre as partes negociadoras, CNIS, UMP e FENPROF, a natureza transitória da referida norma. Todavia, aquele travão na carreira permanece, até hoje, no citado instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, sendo certo que a CNIS e a UMP nunca mostraram disponibilidade para desbloquear os níveis salariais e permitir, deste modo, uma evolução gradativa da própria norma.

De forma a melhorar, como é necessário, a situação atual destes setores, a FENPROF considera prioritário:

- A revogação das normas do Código do Trabalho relativa à caducidade das convenções coletivas e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- No ensino profissional é urgente uma atualização do financiamento das turmas, equiparando-os aos custos das turmas das escolas públicas;
- Que o atual modelo de financiamento do ensino artístico especializado seja alterado, sendo reposta a regra do escalonamento no financiamento dos contratos de patrocínio, tendo em consideração as habilitações profissionais e a antiguidade do corpo docente;
- A criação de uma rede nacional de ensino artístico especializado, articulada entre diversas escolas tipificadas, salvaguardando a indicação de uma escola de referência por cada unidade territorial (a definir), responsável pela coordenação educativa e a monitorização das escolas da área territorial;
- A fiscalização e controlo, por parte do Ministério da Educação, dos financiamentos públicos a estabelecimentos de ensino privado, de modo a evitar a utilização dessas verbas para fins distintos do seu objetivo, nomeadamente vencimentos;
- A intervenção e fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social em relação ao apoio financeiro concedido às creches do setor social, de modo a interceder junto da CNIS e da UMP, no âmbito da negociação coletiva, com o objetivo de desbloquear as carreiras dos/as docentes que exercem funções em creche. ●

+ **INFO** Texto completo em www.fenprof.pt

Ensino Superior e Investigação

As propostas dos partidos

A FENPROF analisou os programas eleitorais dos partidos concorrentes às eleições legislativas, naquilo a que estes se referem especificamente ao Ensino Superior e à Investigação (ESI). Usámos as onze prioridades reivindicativas atuais da FENPROF para este sector como filtro da análise e verificámos se cada partido apresenta para aquele assunto uma proposta positiva (verde), negativa (vermelho) ou não apresenta qualquer proposta ou apresenta uma proposta que não altera a situação atual (amarelo). Limitámo-nos aos programas das sete forças políticas democráticas atualmente representadas na Assembleia da República. Não cobrimos o programa do PAN dado que este não foi publicado até à hora de fecho desta edição do JF.

Todos os programas sublinham o carácter essencial do ESI para criar uma sociedade sã, procurar o desenvolvimento do país e defender o futuro. Apesar deste reconhecimento, as deficiências já estruturais do setor continuam por sanar, como sejam: o contínuo subfinanciamento das instituições públicas que nem cobre as despesas de funcionamento regular; a galopante degradação salarial dos docentes e investigadores, que perderam 1/5 do seu poder de compra real desde 2001; a erosão dos mecanismos de governação

democrática das Universidades e Politécnicos; a precariedade laboral generalizada em 90% dos trabalhadores da investigação e em c.30% dos docentes e; o bloqueio prático ao regular desenvolvimento das carreiras profissionais.

As onze prioridades reivindicativas da FENPROF agregam-se sob as três frentes estratégicas da atividade sindical para este sector: I) combater a precariedade, II) valorizar as carreiras e III) democratizar as instituições de ensino superior e ciência.




Nos programas eleitorais estudados o número de menções a palavras chave de relevo demonstra a saliência que cada partido dá aos problemas do sector. Também o número de páginas especificamente dedicado aos problemas do ESI, e o número de propostas minimamente definidas que são apresentadas para este sector, refletem a importância que cada força política lhe atribui. Depois de consideradas as subtilezas de linguagem convocadas pelos redatores dos programas, é notória a proeminência que é dada à precariedade laboral nos programas do BE e da CDU e, por contraste, a ausência total de qualquer referência a esta palavra em todo o programa da IL. Semelhantes assimetrias se encontram na temática salarial. Os pesos relativos dos dois subsectores do ESI também têm eco nos programas, por

exemplo: o Livre centra-se na investigação enquanto o BE dá ênfase ao Ensino. As conceções divergentes para o futuro do ensino superior como um bem público ou como simples mercadoria desenhada pelas empresas envolvidas, também podem ser detetadas nos textos dos programas.




A grelha-semáforo que resume esta análise confirma o histórico dos trabalhos na Assembleia da República. Os partidos que mais propostas positivas agora apresentam (BE, CDU e Livre) são aqueles que mais se têm colocado ao lado da FENPROF nas duas últimas legislaturas com propostas legislativas que defendem os interesses e direitos dos trabalhadores do nosso sector. A AD e a IL propõem a expansão da angariação de financiamento exterior dependente de esquemas competitivos ou de patrocínios, o que, previsivelmente, produzirá uma evolução negativa das práticas laborais e de liberdade académica insatisfatórias que se encontram instaladas no ESI. Compreensivelmente o PS, partido que governou o país nos últimos 8 anos, apresenta propostas que preservam a situação atualmente existente.

A consulta desta grelha-semáforo não dispensa a leitura dos programas eleitorais para que os trabalhadores do ESI votem de forma informada e defendam seus interesses laborais. ●




PS – PARTIDO SOCIALISTA

| Objetivos reivindicativos |  |  |  |
|--|---|---|---|
| (1) Erradicar a precariedade nos investigadores e falsos docentes convidados | | X | |
| (2) Impedir vínculos laborais atípicos, irregulares ou fora das carreiras | | X | |
| (3) Plano de urgência para contratos DL57 | | X | |
| (4) Revogar o Regime Fundacional | | X | |
| (5) Aumentar salários (ECDU, ECPDESP e ECIC) para contrariar perda continuada do poder de compra | | X | |
| (6) Rever os Estatutos de Carreira e desbloquear as subidas de escalão remuneratório | | X | |
| (7) Criar Estatuto de Carreira e Contrato Coletivo para E. Superior Privado e Cooperativo | | X | |
| (8) Harmonizar horários de trabalho e salários nas Universidades e Politécnicos | | X | |
| (9) Reformar e democratizar o RJIES | | X | |
| (10) Garantir orçamento público suficiente para as necessidades permanentes IES Públicas | | X | |
| (11) Regularizar o funcionamento da FCT | | X | |




ALIANÇA DEMOCRÁTICA – PPD/PSD, CDS-PP, PPM

| Objetivos reivindicativos |  |  |  |
|--|---|---|---|
| (1) Erradicar a precariedade nos investigadores e falsos docentes convidados | | X | |
| (2) Impedir vínculos laborais atípicos, irregulares ou fora das carreiras | | X | |
| (3) Plano de urgência para contratos DL57 | | X | |
| (4) Revogar o Regime Fundacional | | X | |
| (5) Aumentar salários (ECDU, ECPDESP e ECIC) para contrariar perda continuada do poder de compra | | X | |
| (6) Rever os Estatutos de Carreira e desbloquear as subidas de escalão remuneratório | | X | |
| (7) Criar Estatuto de Carreira e Contrato Coletivo para E. Superior Privado e Cooperativo | | X | |
| (8) Harmonizar horários de trabalho e salários nas Universidades e Politécnicos | | X | |
| (9) Reformar e democratizar o RJIES | X | | |
| (10) Garantir orçamento público suficiente para as necessidades permanentes IES Públicas | | | X |
| (11) Regularizar o funcionamento da FCT | X | | |




IL – INICIATIVA LIBERAL

| Objetivos reivindicativos |  |  |  |
|--|---|---|---|
| (1) Erradicar a precariedade nos investigadores e falsos docentes convidados | | X | |
| (2) Impedir vínculos laborais atípicos, irregulares ou fora das carreiras | | X | |
| (3) Plano de urgência para contratos DL57 | | X | |
| (4) Revogar o Regime Fundacional | | X | |
| (5) Aumentar salários (ECDU, ECPDESP e ECIC) para contrariar perda continuada do poder de compra | | X | |
| (6) Rever os Estatutos de Carreira e desbloquear as subidas de escalão remuneratório | | X | |
| (7) Criar Estatuto de Carreira e Contrato Coletivo para E. Superior Privado e Cooperativo | | X | |
| (8) Harmonizar horários de trabalho e salários nas Universidades e Politécnicos | | X | |
| (9) Reformar e democratizar o RJIES | | X | |
| (10) Garantir orçamento público suficiente para as necessidades permanentes IES Públicas | | | X |
| (11) Regularizar o funcionamento da FCT | X | | |




CDU - PCP/PEV – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

| Objetivos reivindicativos |  |  |  |
|--|---|---|---|
| (1) Erradicar a precariedade nos investigadores e falsos docentes convidados | X | | |
| (2) Impedir vínculos laborais atípicos, irregulares ou fora das carreiras | X | | |
| (3) Plano de urgência para contratos DL57 | X | | |
| (4) Revogar o Regime Fundacional | X | | |
| (5) Aumentar salários (ECDU, ECPDESP e ECIC) para contrariar perda continuada do poder de compra | | X | |
| (6) Rever os Estatutos de Carreira e desbloquear as subidas de escalão remuneratório | X | | |
| (7) Criar Estatuto de Carreira e Contrato Coletivo para E. Superior Privado e Cooperativo | X | | |
| (8) Harmonizar horários de trabalho e salários nas Universidades e Politécnicos | | X | |
| (9) Reformar e democratizar o RJIES | X | | |
| (10) Garantir orçamento público suficiente para as necessidades permanentes IES Públicas | X | | |
| (11) Regularizar o funcionamento da FCT | | X | |




BE – BLOCO DE ESQUERDA

| Objetivos reivindicativos |  |  |  |
|--|---|---|---|
| (1) Erradicar a precariedade nos investigadores e falsos docentes convidados | X | | |
| (2) Impedir vínculos laborais atípicos, irregulares ou fora das carreiras | X | | |
| (3) Plano de urgência para contratos DL57 | X | | |
| (4) Revogar o Regime Fundacional | | X | |
| (5) Aumentar salários (ECDU, ECPDESP e ECIC) para contrariar perda continuada do poder de compra | | X | |
| (6) Rever os Estatutos de Carreira e desbloquear as subidas de escalão remuneratório | X | | |
| (7) Criar Estatuto de Carreira e Contrato Coletivo para E. Superior Privado e Cooperativo | X | | |
| (8) Harmonizar horários de trabalho e salários nas Universidades e Politécnicos | | X | |
| (9) Reformar e democratizar o RJIES | X | | |
| (10) Garantir orçamento público suficiente para as necessidades permanentes IES Públicas | X | | |
| (11) Regularizar o funcionamento da FCT | X | | |

LIVRE

| Objetivos reivindicativos |  |  |  |
|--|---|---|---|
| (1) Erradicar a precariedade nos investigadores e falsos docentes convidados | X | | |
| (2) Impedir vínculos laborais atípicos, irregulares ou fora das carreiras | X | | |
| (3) Plano de urgência para contratos DL57 | | X | |
| (4) Revogar o Regime Fundacional | | X | |
| (5) Aumentar salários (ECDU, ECPDESP e ECIC) para contrariar perda continuada do poder de compra | | X | |
| (6) Rever os Estatutos de Carreira e desbloquear as subidas de escalão remuneratório | | X | |
| (7) Criar Estatuto de Carreira e Contrato Coletivo para E. Superior Privado e Cooperativo | X | | |
| (8) Harmonizar horários de trabalho e salários nas Universidades e Politécnicos | X | | |
| (9) Reformar e democratizar o RJIES | X | | |
| (10) Garantir orçamento público suficiente para as necessidades permanentes IES Públicas | X | | |
| (11) Regularizar o funcionamento da FCT | X | | |

PAN – PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

| Objetivos reivindicativos |  |  |  |
|--|---|---|---|
| (1) Erradicar a precariedade nos investigadores e falsos docentes convidados | | | |
| (2) Impedir vínculos laborais atípicos, irregulares ou fora das carreiras | | | |
| (3) Plano de urgência para contratos DL57 | | | |
| (4) Revogar o Regime Fundacional | | | |
| (5) Aumentar salários (ECDU, ECPDESP e ECIC) para contrariar perda continuada do poder de compra | | | |
| (6) Rever os Estatutos de Carreira e desbloquear as subidas de escalão remuneratório | | | |
| (7) Criar Estatuto de Carreira e Contrato Coletivo para E. Superior Privado e Cooperativo | | | |
| (8) Harmonizar horários de trabalho e salários nas Universidades e Politécnicos | | | |
| (9) Reformar e democratizar o RJIES | | | |
| (10) Garantir orçamento público suficiente para as necessidades permanentes IES Públicas | | | |
| (11) Regularizar o funcionamento da FCT | | | |

À hora de fecho desta edição do Jornal da FENPROF, o PAN não tinha enviado à FENPROF, nem publicado nos seus meios de comunicação o Programa Eleitoral/ Propostas para a próxima legislatura, pelo que não foi possível integrar um trabalho que pretendíamos fazer quer para o ensino não superior, quer para o ensino superior e investigação. A FENPROF procurará colocar online o conteúdo que até agora não foi possível obter.



proposta negativa



proposta inexistente ou que não altera a situação



proposta positiva



Propostas aos partidos políticos, com vista à Legislatura que se iniciará na sequência das eleições de 10 de março

AFENPROF tem reunido com os grupos parlamentares e promovido debates com os partidos políticos, que concorrem às eleições legislativas a nível nacional. Entre as matérias tratadas, inserem-se aquelas que dizem respeito aos docentes aposentados.

Procuramos avivar a memória sobre a nossa vida e luta, chamando a atenção de que somos a história viva de várias gerações de docentes, que se envolveram em atos de resistência, que criaram os sindicatos em liberdade, foram obreiros de uma escola para todos, democrática e inclusiva, viveram a experiência de uma gestão e uma direção democráticas nas escolas, de uma formação de professores, que envolvia a comunidade escolar, de valorização do estatuto sócio/profissional, com a criação do Estatuto da Carreira Docente, mas também viveram a revolta pelos retrocessos produzidos por políticas, que não tiveram em conta o valor estratégico da educação.

Em suma: merecemos ser respeitados, estejamos no ativo, ou na aposentação.

O Departamento dos Docentes Aposentados da FENPROF reafirma: Temos direito a um envelhecimento e a uma aposentação dignos com direito aos direitos, com mais autonomia económica, mobilidade, acesso aos serviços de saúde, cultura, rede pública de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade.

Tendo em conta estes pressupostos, interrogamos os Partidos Políticos sobre os seus programas para as Eleições Legislativas de 10 de março e reivindicamos novas práticas políticas, de que deixamos um mero resumo:

- O aumento significativo de todas as pensões de reforma, de modo a repor e melhorar o poder de compra;
- A atualização anual das pensões e a retificação das injustiças praticadas nos aumentos de 2022 e 2023;
- O direito de acesso à aposentação, sem

qualquer penalização, dos docentes com 40 anos ou mais de serviço, independentemente da idade;

- O reforço da Segurança Social Pública, Universal e Solidária, procurando novas fontes de financiamento;
- O reforço urgente e sólido do SNS, que implica um plano consequente de investimento e de meios humanos e técnicos;
- A criação de serviços de geriatria nos serviços de saúde de proximidade e da Rede Hospitalar do SNS, com aposta na formação de técnicos de saúde para esta valência;
- A criação de uma rede pública de lares, o desenvolvimento do Serviço Nacional de Cuidados Integrados, na sua componente pública, nomeadamente, dos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD);
- A manutenção da ADSE dentro do sector público, como sistema complementar de saúde e como parte integrante do estatuto laboral dos trabalhadores da Administração Pública;
- A reposição da percentagem dos 30% nas despesas com a saúde, a aplicar em sede IRS na dedução à coleta, em substituição dos atuais 15%, impostos pelo Governo do PSD;
- O alargamento dos descontos, para a 3ª idade, no acesso a manifestações culturais;
- A melhoria da rede local e nacional de transportes públicos de modo a facilitar a mobilidade, a preços mais baixos nos transportes públicos e desconto de pelo menos 50% nos passes sociais.

Estamos num momento, com a votação para as Eleições Legislativas em 10 de março, em que as nossas reivindicações ganham mais força.

Sabemos que nesta campanha eleitoral como em anteriores, haverá como é costume, promessas e compromissos muitas vezes não cumpridos, após a tomada de posse.

A nossa reflexão, sobre a atuação que cada força política teve na A.R. e o que nos seus programas eleitorais propõem para os reformados, aposentados e pensionistas, é importante.

Dia 10 de março vamos votar! |
Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF ●



O que estará a travar o “acelerador”?

Era muita a propaganda governativa sobre o “acelerador” da carreira docente, que foi mais uma forma de o governo de António Costa fugir à justa e indispensável recuperação do tempo de serviço que, para os professores, se mantém congelado.

Este “acelerador”, concretizado através do Decreto-Lei n.º 74/2023, de 25 de agosto, tem vindo a ser amplamente propagandeado pelo ministro da Educação por permitir, em 2023, a progressão aos 5.º e 7.º escalões de mais 4500 docentes do que os inicialmente previstos, recuperar tempo de espera perdido a aguardar vaga para aqueles escalões ou, a alguns professores, reduzir um ano de permanência no escalão em que se encontram.

O diploma legal não toca no tempo de serviço que terá de ser recuperado e a sua aplicação não abrange todos os docentes porque dele constam requisitos que excluem milhares de docentes. No entanto, há professores e educadores que terão algum benefício e que dele não prescindem.

Os efeitos deste “acelerador” produzem-se a 1 de setembro tendo os responsáveis do Ministério da Educação afiançado que, em dezembro, os professores iriam receber o seu salário já de acordo com o que estabelece o diploma legal.

Mais tarde, soube-se que, afinal, não seria em dezembro, mas não passaria de fevereiro. Estamos em meados de fevereiro, quase meio ano depois da publicação do Decreto-Lei n.º 74/2023, e a administração educativa nem sequer divulgou a plataforma em que as escolas terão de lançar os dados relativos aos docentes que deverão usufruir do disposto no diploma.

Que se passa? Arrependimento ou simples incompetência?

Seja o que for que esteja na origem de tão grande atraso, uma coisa parece confirmar-se: até ao último dia, os compromissos do ME mantêm-se evanescentes... | O Secretariado Nacional da FENPROF ●



“
Os professores e educadores portugueses não vão desistir de ver a sua carreira recomposta e não vão baixar os braços sempre que estiver em causa os seus legítimos direitos. Essa é a promessa que deixam a futuros governos

Reuniões com os partidos e contagem do tempo de serviço

Cronologia de uma luta dura e persistente pela carreira

JOSÉ FELICIANO COSTA (Secretário-Geral Adjunto da FENPROF)

As reuniões já realizadas entre a FENPROF e alguns dos partidos com assento parlamentar (PCP, BE, LIVRE e PAN) tiveram como mote colocar na agenda dos partidos os objetivos centrais da luta dos Professores, Educadores e Investigadores portugueses.

A luta por um adequado investimento na Educação e contra a desvalorização da sua profissão são preocupações partilhadas nestas reuniões, assim como todo o processo para tentar reverter este crónico subfinanciamento, cuja consequência mais imediata é uma dificuldade crescente na promoção da melhoria das condições de aprendizagem dos alunos.

Um corpo docente envelhecido e exausto,

o abandono precoce da profissão por milhares de professores e o reduzido número de jovens que enveredam por cursos de formação para a docência, implicam uma já crónica falta de professores que deixa todos os anos milhares de alunos sem aulas.

Nestas reuniões, foi dado destaque a um dos objetivos centrais da luta reivindicativa dos professores, a recomposição da sua carreira, o que implica a contagem integral do tempo de serviço trabalhado. Esta tem sido uma questão crucial em todos os processos de luta desenvolvidos pelos docentes.

Recuando a **1990**, quando foi aprovado o primeiro Estatuto da Carreira Docente, era Cavaco Silva primeiro-ministro e Roberto Carneiro, ministro da Educação, a palavra

de ordem era “O tempo de serviço não se negocia, conta-se”, pois estava em causa o tempo de serviço que tinha sido perdido para a nova estrutura da carreira, entretanto aprovada. Não sendo esse o único motivo da luta desenvolvida, foi claramente uma questão central num processo que teve resposta 9 anos depois, em 1999, já com António Guterres a chefiar o Governo do Partido Socialista.

Em 2 de junho de **2005**, com José Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues, uma decisão do conselho de ministros inicia um verdadeiro ataque ao ECD e à dignidade dos Professores, aprovando um conjunto de medidas que incluía também o início da não contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira até 31 de dezembro de **2006**.

No dia 15 de junho, numa reunião com a então ministra da Educação, logo após essa decisão, a FENPROF reafirmou que não haveria acordo possível, rejeitando em absoluto um congelamento que considerou ilegal e ilegítimo.

Os docentes foram “convocados” para uma luta que se iniciou logo nesse mês de junho, com quatro dias de greve, coincidentes com os exames nacionais dos 9.º e 12.º anos, luta que se prolongou durante todo o mandato de Maria de Lurdes Rodrigues, com greves e manifestações de professores que foram as maiores até então realizadas em Portugal.

Os anos de **2008**, **2009** e **2010** foram anos

de “alívio” no roubo do tempo de serviço para a progressão na carreira, mas em **2011**, no segundo governo de José Sócrates e já em plena crise do sobre-endividamento e sob ameaça de bancarrota, as carreiras voltaram a ser congeladas.

Assim se mantiveram congeladas, atravessando toda a legislatura do executivo de Pedro Passos Coelho, sob imposição do Programa de Assistência Económica e Financeira, num governo com um inequívoco currículo de aluno bem comportado, com o propósito de tirar dividendos e, em vários domínios, indo muito além do previsto no próprio acordo com a famigerada Troika.

Estes foram sempre anos de intensas e prolongadas lutas e é já com António Costa que a proposta de Orçamento de Estado para **2018** prevê o descongelamento das progressões nas carreiras da administração pública. No entanto, a recuperação do tempo de serviço docente dos dois períodos, **2005** e **2017**, os mais de nove anos (9 anos, 4 meses e 2 dias), ficou por esclarecer.

Os professores não desistiram de lutar e a versão final do OE 2018, entretanto aprovada, remete para a discussão com os sindicatos

o tempo e a forma de descongelamento da carreira. O parlamento aprovou, inclusive, um projeto de resolução para a contagem de todo o tempo de serviço na administração pública, com a abstenção do PSD e do CDS.

No entanto, e depois de mais uma ronda negocial, o Governo propôs algo que a FENPROF considerou insultuoso e inaceitável, a recuperação de apenas 2, anos e 10 meses com a seguinte justificação: *“Nas carreiras gerais, um módulo padrão de progressão corresponde a dez anos. Na carreira docente, o módulo padrão é de quatro anos. Assim os sete anos de congelamento, que correspondem a 70% do módulo de uma carreira geral, traduzem-se em 70% de quatro anos na carreira docente, ou seja, 2A 9M e 18D”*.

Em maio de 2019, a Assembleia da República chumbou, no plenário, o diploma que permitia a recuperação de todo o tempo de serviço congelado, após esta proposta ter sido aprovada na Comissão Parlamentar da Educação, apenas com a oposição do PS.

António Costa ameaçou demitir-se, e mesmo depois de terem aprovado a proposta na especialidade, PSD e CDS-PP mudaram

o sentido de voto e juntaram-se ao PS para chumbar a contagem integral do tempo de serviço dos professores.

O 1.º ministro tinha acabado de transformar todo este processo numa questão pessoal, numa “birra”.

Também em **2019**, as Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, aprovaram por unanimidade, propostas para a recuperação integral do tempo de serviço congelado aos docentes, de forma faseada.

No Continente, nada, a birra e a provocação mantiveram-se, prejudicando milhares de professores que nunca atingirão os patamares mais elevados da carreira (só 17% lá estão, atualmente), comprometendo seriamente o cálculo para o valor da pensão de aposentação que será muitíssimo menor, penalizando gravemente quem, com elevado profissionalismo, trabalhou ao longo de toda uma vida.

Os professores e educadores portugueses não vão desistir de ver a sua carreira recomposta e não vão baixar os braços sempre que estiver em causa os seus legítimos direitos. Essa é a promessa que deixam a futuros governos. ●

Reinscrição dos docentes na CGA

Face à decisão do governo, FENPROF entregou ações nos TAF

O governo de António Costa não deixou alternativa aos professores que não fosse o recurso aos tribunais para repor a legalidade. É isso que os professores estão e continuarão a fazer.

A reinscrição na Caixa Geral de Aposentações é uma possibilidade legal, como confirmam todas as decisões até hoje tomadas pelos tribunais, levando, inclusivamente, a que o conselho diretivo da CGA tivesse admitido a reinscrição dos interessados.

Acontece que não é essa a vontade do governo que se encontra em gestão e, por esse motivo, não tendo competência para alterar a lei, decidiu suspender a reinscrição dos professores, como de outros trabalhadores, fundamentando na necessidade de avaliar a situação. A FENPROF já reuniu com o secretário de estado da Segurança Social, que tutela a CGA, e também com membros do gabinete do Primeiro-ministro, ficando claro que não há qualquer avaliação em curso,

o que há é intenção de não aplicar a lei, isto é, de impedir a reinscrição na CGA de quem tem esse direito legal.

A esta atuação do governo, imprópria de um Estado de Direito Democrático, terão os professores de responder continuando a recorrer aos tribunais para fazerem valer o seu direito. Vários já o fizeram e muitos outros têm já tudo preparado para avançar com as respetivas ações.

Esperava-se uma resposta da parte do governo que deveria passar pelo cumprimento da lei e conseqüente reinscrição de quem o pretendesse fazer. Mas não. O governo não alterou a posição que tinha e os professores continuam impedidos de se reinscreverem na CGA, exceto quando têm decisões favoráveis dos tribunais, como continua a acontecer, com os últimos acórdãos a serem já de janeiro deste ano.



No fecho desta edição do JF, os Sindicatos da FENPROF preparavam-se para entregar (19 fevereiro) ações nos tribunais administrativos e fiscais do território continental (Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Beja e Loulé), esgotada a via do diálogo com os governantes

Face ao que se está a passar, esgotada a via do diálogo com os governantes e com o objetivo de dar maior visibilidade à ilegalidade que está a ser cometida, bem como à forma de a combater, os Sindicatos da FENPROF entregaram, em 19 de fevereiro, várias ações em todos os tribunais administrativos e fiscais do território continental, com a presença de dirigentes da FENPROF e dos seus Sindicatos. ●



Docentes contratados a termo Vale a pena lutar!

JOÃO PEREIRA (membro do SN da FENPROF)

No ano em que a diretiva comunitária 1999/70/CE faz 25 anos e após a instauração de dois procedimentos por infração contra Portugal por incumprimento da legislação da União Europeia a realidade é que continuamos com condições de emprego menos favoráveis para os docentes contratados a termo que trabalham nas escolas públicas portuguesas em comparação com os docentes de carreira.

Estas condições menos favoráveis, tanto a nível remuneratório, de organização e condições de trabalho levam a uma discriminação laboral entre docentes, tendo em conta a natureza do seu vínculo contratual, e são igualmente responsáveis por uma diminuição da atratividade da carreira e afastamento de jovens de cursos que habilitam profissionalmente para a docência.

Ação da FENPROF determinante

No entanto, verificamos que alguma da discriminação existente tem sido atenuada em função da pressão realizada por ação da FENPROF e dos sindicatos que a integram. A discriminação salarial entre docentes tendo em conta a natureza do vínculo só não foi completamente debelada porque o Ministério da Educação limitou a transição remuneratória dos docentes a contrato a termo ao índice 205, posição veementemente contestada pela FENPROF. Com a ação da FENPROF foi ainda possível que os docentes que não puderam ser avaliados por motivo de ausência

prolongada por doença ou parentalidade, num dos dois últimos anos, pudessem progredir e ser reposicionados num dos índices superiores sem o cumprimento do requisito avaliação.

A ação da FENPROF foi igualmente determinante para as recentes alterações em dois artigos do Estatuto da Carreira Docente (ECD), nomeadamente, no artigo 31.º (período probatório) e artigo 54.º (aquisição de mestrados e doutoramentos). As alterações introduzidas nestes dois artigos seguem as posições defendidas pela FENPROF em negociação e são duas importantes conquistas para os docentes, garantindo-se:

- A dispensa de realização do período probatório à generalidade dos docentes que vincularam este ano e que vincularão no futuro, desde que cumpram os requisitos estabelecidos;
- A aplicação das reduções de 1 ou 2 anos, para efeitos de progressão, pela aquisição dos graus, respetivamente, de Mestre e Doutor, aos docentes que os concluíram enquanto contratados.

Período probatório

Em relação ao período probatório, período veementemente contestado pela FENPROF, a partir desta alteração no ECD, deixa de ser necessária a publicação da portaria anual que define os requisitos necessários para a dispensa do período probatório (730 dias de serviço efetivo avaliado com a menção mínima de Bom); tendo ainda se conseguido

que estes novos requisitos fossem aplicados aos docentes que vinculando a 1 de setembro de 2023 não estavam dispensados do período probatório (atingiu cerca de 2000 docentes).

Relativamente ao artigo 54.º a alteração introduzida permitiu corrigir e eliminar uma das penalizações e discriminações sofridas enquanto docentes a contrato a termo. Desta forma, os docentes contratados vão poder beneficiar das reduções conferidas pela conclusão dos graus de mestre e doutor após a sua entrada na carreira. Não menos importante foi o facto de se ter conseguido que esta alteração fosse igualmente aplicada aos docentes que estando na carreira concluíram os graus académicos enquanto docentes contratados.

Vale a pena lutar! ●

“
Verificamos que alguma da discriminação existente tem sido atenuada em função da pressão realizada por ação da FENPROF e dos sindicatos que a integram

Resultados do levantamento promovido pela FENPROF

Educação continua a não ser inclusiva

A FENPROF fez um levantamento sobre a situação nas escolas, entre o início do ano letivo e a interrupção letiva de Natal, relativamente à sua capacidade de resposta no âmbito da Educação Especial. Os resultados foram apresentados no passado mês de janeiro em conferência de imprensa pelo Secretário-Geral da FENPROF, Mário Nogueira, e pela Coordenadora Nacional para a Educação Especial e Educação Inclusiva da FENPROF, Ana Simões.

Sendo evidente que a educação inclusiva se destina a todos, a legislação, ainda que apague a referência a alunos com necessidades específicas, não apaga estes alunos. E sem uma resposta adequada aos alunos com necessidades específicas não existe educação verdadeiramente inclusiva.

O levantamento efetuado teve como amostra agrupamentos e escolas não agrupadas de todo o território continental, envolveu mais de 100 mil alunos e mais de 12 mil professores e educadores. As respostas foram dadas pelas direções



dos agrupamentos e escolas. Quando questionados sobre se consideram que o AE/ENA tem os recursos necessários para uma inclusão verdadeiramente inclusiva, 83% dos diretores afirmam que não.

A FENPROF sempre denunciou, desde o parecer que entregou ao Ministério da Educação sobre o projeto que viria a dar origem ao Decreto-Lei n.º 54/2018, que o apoio pedagógico especializado direto aos alunos com Necessidades Específicas (NE) é a base de uma educação inclusiva para todos os alunos, independentemente das suas características e capacidades individuais. Estes apoios só são concretizáveis com o número suficiente de recursos humanos para garantir o apoio e sucesso de cada aluno.

O conceito de educação inclusiva implica, necessariamente, recursos humanos em quantidade adequada e com competência para responder às exigências de cada aluno. Ora, esta perspetiva foi logo à partida condicionada quando o próprio diploma legal refere que os recursos, nomeadamente os docentes, são os que já existem nas escolas, independentemente de serem ou não suficientes e os mais adequados para dar as respostas necessárias a cada aluno.

Conheça aqui os resultados do levantamento efetuado pela FENPROF junto das direções dos AE/ENA. ●

+ INFO <http://tinyurl.com/4bxzs4bu>

Depois de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Viseu e Guarda (ações realizadas em fevereiro), os professores estão na rua, em março, nas tardes dos dias úteis da campanha eleitoral, de acordo com a seguinte agenda:

- **1 de março:** Coimbra | Leiria
- **4 de março:** Castelo Branco | Portalegre
- **5 de março:** Lisboa | Santarém
- **6 de março:** Setúbal | Évora
- **7 de março:** Beja | Faro
- **8 de março:** Funchal | Ponta Delgada

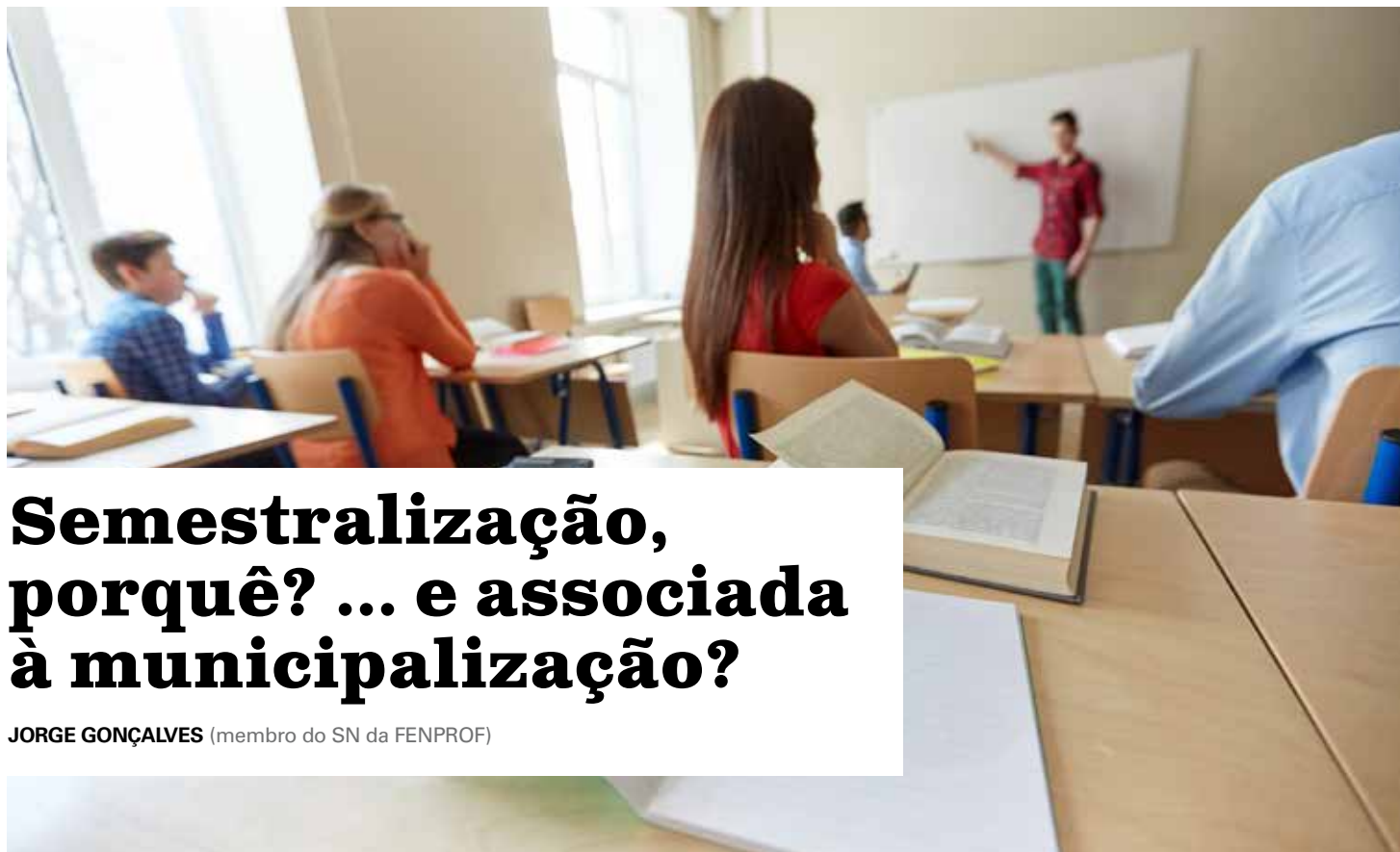
Para além da concentração e do plenário, cada ação inclui um desfile de Professores na

Campanha, com a distribuição de um folheto à população, sendo, ainda, afixada uma faixa em local de grande visibilidade.

Os professores estão na rua em todos os dias úteis da campanha eleitoral para reclamarem políticas e medidas que na próxima legislatura deem resposta aos problemas que afetam a profissão e criam dificuldades à organização e funcionamento da Escola Pública, uma das maiores e mais significativas conquistas de Abril e da nossa Democracia. ●

OS PROFESSORES NA CAMPANHA
Pela **PROFISSÃO DOCENTE** em defesa da **ESCOLA PÚBLICA**





Semestralização, porquê? ... e associada à municipalização?

JORGE GONÇALVES (membro do SN da FENPROF)

O necessário primado pedagógico sobre as decisões políticas

É afirmado que na base da semestralidade está a primazia da dimensão pedagógica. Será mesmo assim? No Relatório de avaliação da reorganização do calendário escolar, elaborado em 2020 pela DGE, sustentava-se na altura que “facilitava a introdução de novas práticas, designadamente em relação à avaliação, estando associada à premência de criar mais interrupções letivas que diminuem a pressão sobre os alunos, reforçam a valorização da avaliação formativa, bem como favoreçam o aumento dos momentos de avaliação e a diversificação dos respetivos instrumentos” (Costa, Almeida, & Viana, 2020*).

Claro que a questão que se coloca é se para tais objetivos é necessário ou mesmo indispensável a organização por semestres? Na realidade, a organização por períodos desequilibrados, respondendo a um calendário religioso, dificilmente responderá a tais objetivos. No entanto, o próprio relatório referia que ao defender-se que a semestralização é facilitadora da introdução de novas metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação das aprendizagens, tem que ser associada de forma consciente a ideia de que “a organização do calendário letivo por semestres é uma opção, não uma

inevitabilidade” e que “não está associada à melhoria de nada especificamente”.

Os desequilíbrios na duração de cada período letivo, cuja organização continua a não obedecer a critérios de natureza pedagógica, e a inexistência de “pausas pedagógicas”, eliminadas em 2002, também não são inevitabilidades da organização por períodos, nem só resolúveis através de semestres. Falta um verdadeiro balanço da introdução dos semestres na organização do ano letivo, decorrido todo este tempo de implementação e o alargamento a ainda mais escolas/concelhos. Para tal, é necessário o envolvimento dos alunos, professores e restante comunidade educativa.

A quem interessará haver tantos, ou ainda mais, calendários letivos como municípios?

A autonomia das escolas não se promove através da fragmentação do sistema educativo como um todo, mas através da atribuição dos meios necessários ao exercício do seu papel. E muito menos condicionando o direito constitucional a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, em todo o território nacional.

A coexistência de diferentes calendários letivos levantam problemas à organização familiar, nomeadamente em concelhos com escolas em diferentes modelos, ou na organização de transportes escolares, seja a nível municipal ou intermunicipal, sem

se perceber de forma clara a dimensão pedagógica das diferentes opções. Nem se percebe sequer porque temos um calendário nacional por períodos letivos e dezenas de calendários semestrais por todo o país.

Mais importante ainda é a necessária consciência de que a semestralização não resolve os verdadeiros problemas estruturais da escola pública, como sejam a falta de investimento ou a falta de valorização dos seus trabalhadores. ●

*Costa, E., Almeida, & Viana, J. (2020). *Relatório de avaliação da reorganização do calendário escolar*. Lisboa: DGE.

“
A autonomia das escolas não se promove através da fragmentação do sistema educativo como um todo, mas através da atribuição dos meios necessários ao exercício do seu papel

Continuar a luta por um sistema público e solidário!

DULCE PINHEIRO (membro do SN da FENPROF e do Secretariado da Frente Comum)



Desde o malfadado tempo da *troika* que os beneficiários da ADSE (trabalhadores e aposentados da Administração Pública) se veem obrigados a descontar 3,5% do seu salário/pensão, sobre 14 meses.

A isto acresce a recente decisão do Governo e do Conselho Diretivo em aumentar, na ordem dos 8 milhões de euros, os encargos com consultas, meios complementares de diagnóstico e outros atos clínicos na assistência à doença, aos beneficiários!

Em paralelo, os saldos da ADSE crescem e situam-se acima dos 1000 milhões de euros.

Tudo isto em nome de uma suposta sustentabilidade!

É também em nome do “equilíbrio” que a ADSE é complacente com a irresponsabilidade e arrogância dos grandes grupos privados de saúde (CUF, LUZ, LUSÍADAS, entre outros), nomeadamente, quando não se exige o

pagamento da dívida acumulada à ADSE, na ordem dos 110 milhões de euros, quando não se exige que respeitem os compromissos e as regras estabelecidas perante a desagregação de atos clínicos, médicos ou de meios complementares de diagnóstico, do regime convencionado, empurrando o sistema para o regime livre e originando prejuízos enormes e crescentes para os beneficiários e para a ADSE.

A ADSE, é um direito do qual dependem os cuidados de saúde de muitos milhares de trabalhadores e aposentados da Administração Pública e, por isso, tem de merecer a máxima atenção para que não se degrade ou seja abocanhado por grandes interesses da área da saúde.

A defesa da ADSE passa por manter a natureza pública e solidária deste sistema complementar de saúde. Passa por reduzir de 14 para 12 meses as contribuições dos trabalhadores e aposentados, repondo o desconto em 1,5% – valor pago até à intervenção da troika – sendo a negociação a forma de se atingir este objetivo. Passa

ainda pelo controlo da despesa relativa aos prestadores privados forçando-os a pagar as dívidas e a honrar os compromissos relativamente às convenções. Passa por voltar a abrir o sistema, estabelecendo um novo prazo de reingresso, dentro das regras de acesso. Por outro lado, é condição essencial que sejam reforçados os direitos dos beneficiários da ADSE alargando e diversificando o regime convencionado, garantindo que todos dele possam usufruir, acabando com os limites do número de consultas e de atos médicos, nas áreas em que foram impostos.

Para que a sustentabilidade da ADSE seja garantida é fundamental que o governo valorize, efetivamente, os salários e pensões dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública!

A ADSE é um sistema com muitos anos de existência ímpar que nenhuma seguradora ou mutualista, como vários governos têm tentado, asseguraria!

Vamos, pois, continuar a lutar pela ADSE! ●

Quais são as reivindicações fundamentais das organizações representativas dos trabalhadores da Administração Pública, nomeadamente em termos de salários, carreiras, defesa e valorização dos serviços públicos, precariedade, SIADAP? O Cordão Reivindicativo promovido pela Frente Comum dos Sindicatos da AP na manhã de 16 de janeiro, em Lisboa, respondeu a estas perguntas e exigiu que os partidos assumam compromissos.

Mário Nogueira interveio nesta ação, chamando a atenção, em tempo de eleições, para “as sereias que cantam e para os populistas que querem que dancemos a sua valsa”...O dirigente sindical afirmou que “os trabalhadores da Administração Pública, neste início de 2024, não esquecem que há muito para fazer por toda a Administração; não esquecem a desvalorização dos salários ao longo de anos e anos, até hoje; não esquecem a destruição de carreiras, algumas eliminadas, outras pervertidas, com obstáculos à progressão e perdas de tempo de serviço, fazendo com que, na prática, já não sejam as carreiras que a lei criou; não esquecem que a precariedade continua por eliminar, sendo que algumas pequenas



Cordão Reivindicativo promovido pela Frente Comum

medidas não foram além de fazer cócegas à precariedade, como foi o caso do PREVPAP (programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública)”.

A iniciativa juntou milhares de trabalhadores, incluindo numerosos quadros sindicais, que desfilaram entre o Rossio e o

Cais das Colunas. Como foi sublinhado nessa ação, no atual quadro político é importante que todos conheçam as propostas e exigências dos trabalhadores da Administração Pública e que os Partidos, candidatos às eleições legislativas de 10 de março, assumam as suas posições e compromissos. | JPO ●



“Nunca desistir”

ISABEL LEMOS (Dirigente do SPRC)

Neste número do JF continuamos a publicar intervenções realizadas na 3.ª Conferência Nacional dos Professores Aposentados. Desta vez, dando a palavra a Isabel Lemos, membro da Coordenação deste Departamento e dirigente do SPRC. A sua mensagem resistente é inspiradora e um excelente tónico para a continuação da ação e da luta por melhores condições de vida de todos e, particularmente, dos reformados e pensionistas.

Na 1ª conferência de professores aposentados da FENPROF realizada em 21 de novembro de 2013, Mário Nogueira afirmou “Nunca baixaremos os braços! Nunca nos vergarão!”, referindo-se à necessária luta dos professores, nas escolas ou aposentados. Viviam-se tempos difíceis do governo PSD-CDS, subserviente às diretivas da UE, ao serviço do grande capital, e, portanto, tempos de austeridade imposta pela famigerada *troika*. Não muito diferente da atualidade.

Não baixar os braços, resistir! Mas a necessidade não está na resiliência, (anglicanismo, agora tão em voga, e cujo étimo latino mereceria uma visita ao dicionário)¹ ou na superação, na ultrapassagem da adversidade. Isto soaria um pouco a luas à espera de fase. Não. É necessário persistir que é exatamente resistir à tentação de desistir. Não há avanços sem persistência e sem resistência. Isto quer dizer que a resistência exige luta.

Luta que se deve fazer em uníssono com os colegas que estão nas escolas. Devemos fazer ouvir a nossa voz de aposentados

em todas as iniciativas de rua ou debate promovidas pela FENPROF. E é de debate e reflexão este momento da 3ª conferência de professores aposentados. Reflexão perante os paradoxos, as contradições, as hipocrisias das políticas neoliberais. José Saramago usou como epígrafe de “Levantado do Chão”, o grande livro da revolução de Abril, a seguinte consideração de... Almeida Garrett: “E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico?”. Há anos que organizações, partidos, sindicatos da CGTP denunciam, até agora sem resultado, a miséria e as péssimas condições de trabalho dos imigrantes em Portugal, muito particularmente no Alentejo... mas aconteceu agora a indignação face às mortes e miséria de milhares de trabalhadores no Qatar²; quanto alarido face ao caos das urgências hospitalares e à sua sobrecarga, mas os mesmos que se mostram indignados fecharam serviços de atendimento permanente nos Centros de saúde; tanto se fala na importância da paz e tanto se promove o armamento e se atia à guerra; tanta revolta porque se noticia que ainda há milhares de alunos que têm falta de professores, mas recusa-se a mobilidade por doença obrigando professores ao absentismo, quando não, à morte; tanta estranheza por haver falta de professores, quando a FENPROF repetida e atempadamente alertou para a necessidade

de tornar a profissão mais atrativa para os jovens em formação...

A luta dos professores aposentados deverá focar-se então em duas questões capazes de mobilizar todos os professores e a comunidade em geral: melhor SNS; aumento dos salários e das pensões. Com resistência, persistência, havemos de conseguir. Como dizia Eduardo Galeano, esse escritor uruguaio tão atento e crítico da sociedade: “somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos.

E, camaradas e amigos, não desesperemos, ajamos! Ainda havemos de ter alegrias...até porque as merecemos. ●

1. *re-si-li-ên-ci-a* (inglês *resilience*), do latim *resilio*, -ire, saltar para trás, voltar para trás, reduzir-se, afastar-se, ressaltar, brotar) nome feminino – [Física] Propriedade de um corpo de recuperar a sua forma original após sofrer choque ou deformação.

– [Figurado] Capacidade de superar, de recuperar de adversidades.

in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha]

2. Escrevia o matutino “Público” em 26 de setembro de 2013: “Mortes e escravidão ensombram obras no Qatar para o Mundial de 2022. Pelo menos 44 nepaleses morreram no período de dois meses em obras no Qatar. O país está a preparar-se para receber o Mundial de futebol de 2022. Uma investigação do jornal britânico *The Guardian* revela casos de exploração, fome e várias tentativas de fuga de trabalhadores devido a falta de pagamento de salários e condições sub-humanas em que são forçados a viver.”

À conversa com Maria Manuel Calvet Ricardo, 50 anos depois da última reunião formal dos Grupos de Estudo (Figueira da Foz)

“Também hoje precisamos de coragem!”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



"Alguns desses professores que arrancaram com o trabalho de mobilização e divulgação dos Grupos de Estudo, entre 1970 e 1974, viveram as greves académicas de 1962, 1965 e 1969. Sim, pode-se dizer: eram pessoas determinadas. E corajosas, também. Medo? Claro que havia algum receio, sabíamos que tudo podia acontecer: dum processo disciplinar à exclusão e à prisão... Vivíamos em ditadura!... Mas era preciso reagir e defender a classe". Fomos ao encontro de Maria Manuel Calvet Ricardo, uma das fundadoras dos Grupos de Estudo, lançado nos últimos anos da ditadura e que estão na base da estrutura sindical docente dos nossos dias. "Quando vejo o que se passa hoje, num clima de retrocesso, face ao que obtivemos a partir do 25 de Abril, recordo as nossas preocupações de 1969 e chego à conclusão que também hoje é preciso coragem!"

JF - Como nasceram os Grupos de Estudo?

MMCR - A criação dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios, projeto que já vinha a ser pensado desde 1969⁽¹⁾, está intimamente relacionada com a necessidade e a vontade de resolver os problemas dos professores provisórios/eventuais do ensino preparatório e do ensino secundário (técnico e liceal). Refira-se que cerca de 80% dos professores portugueses eram provisórios (ou eventuais, na designação usada nos liceus), o que implicava não ganharem nas férias, durante cerca de 3 meses. Recebiam o último ordenado em julho. Em outubro, se as coisas corressem bem, voltavam às escolas e depois o primeiro salário só se recebia em novembro... Os Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP), depois, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), e, mais tarde, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESeP), dinamizaram uma expressiva luta por um

estatuto profissional, pedagógico e cívico digno.

JF - A primeira reunião formal dos Grupos de Estudo ultrapassou as vossas expectativas?

MMCR - Sem dúvida... Pedimos a cedência de instalações ao diretor da Escola Francisco Arruda, em Lisboa, e era a partir dali que realizávamos o nosso trabalho de mobilização, nomeadamente em reuniões noturnas. No dia 27 de maio o ginásio da Francisco Arruda tinha cerca de 500 lugares sentados, mas apareceram muitos mais. A Mesa era constituída por Salvado Sampaio, Calvet Magalhães (diretor da escola), Martinho Madaleno, Elsa Oliveira e eu própria. Foi aprovado um abaixo-assinado pedindo uma audiência ao ministro da época (Veiga Simão) e o pagamento das "férias".

JF - Além da reflexão havia uma postura de mobilização, ação e luta...

MMCR - Sem dúvida. Os Grupos de Estudo assumiram a luta pela dignificação da classe e pela liberdade de associação, enfrentando as denúncias, as perseguições, as ameaças de prisão e a perda de direitos. Era uma luta reivindicativa no plano laboral, social e político. Multiplicaram comunicados e circulares, difundiram abaixo-assinados, promoveram colóquios, publicaram uma revista, editaram livros e anunciaram as suas iniciativas na imprensa nacional e local, num regime de censura. Os GEPDES foram uma organização nacional, estruturada em delegações regionais e com representantes em todas as escolas, que levou o Governo a classificá-la, em fevereiro de 1974 (famigerado despacho 9), como uma organização secreta, punível pela lei... A sua influência entre os professores permite a criação de sindicatos democráticos logo após o 25 de Abril de 1974, num modelo organizativo que ainda hoje existe com a FENPROF e os seus Sindicatos regionais. Mas antes, o ambiente estava a complicar-se

em termos de repressão: um livro de António Teodoro tinha sido apreendido, o "Notícias da Amadora" saqueado e, depois de um certo "adormecimento", a PIDE/DGS começava a mexer-se... Se não fosse o 25 de Abril, muitos professores teriam ido parar à prisão... ●

(1) Ana Maria Malheiro do Vale, Elsa Oliveira, Ferreira Alves e a nossa entrevistada (Maria Manuel Calvet Ricardo) foram os 4 professores que em 1969 tiveram a ideia de formar os Grupos de Estudo. Não se conformaram com as injustiças que se abatiam sobre os professores eventuais e provisórios. A mobilização ia começar...

2024
28 ABRIL

“Dever de memória”



50 anos depois, a Figueira da Foz volta a receber os professores. Trata-se de um encontro-convívio aberto a todos os professores que, de alguma forma, participaram nos

Grupos de Estudo ou em algumas das suas atividades, bem como outros interessados nas questões da profissão docente e do ensino. Há 50 anos a reunião nacional dos Grupos de Estudo aprovava uma entusiástica saudação ao Movimento das Forças Armadas e convocava os plenários de professores em várias cidades do país, fundadores do movimento sindical democrático. ●

Posição da FENPROF sobre regulamentação da Lei, na Educação

Direito à autodeterminação da identidade e expressão de género

A regulamentação para a Educação da lei sobre o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género tem dado lugar a uma enorme discussão, como se estivesse ali o cerne dos problemas da Educação em Portugal.

Os problemas vividos na Educação resultam do subfinanciamento a que tem estado sujeita e de políticas que a têm fragilizado, com particular expressão na Escola Pública e nas condições de trabalho e de carreira dos seus profissionais.

Não podem, contudo, ser ignorados outros problemas que afetam a comunidade escolar, e a autodeterminação da identidade de género e expressão de género é um deles. Como vários estudos realizados internacionalmente têm demonstrado, “a discriminação na educação continua a afetar as vidas de crianças, jovens, professores, investigadores e profissionais de apoio à educação que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, trans ou intersexuais”, sabendo-se igualmente que “a discriminação, a vitimização e o ódio contra as pessoas LGBTI têm um impacto profundo, duradouro e adverso na saúde, no bem-estar, nas carreiras e nas oportunidades de vida dos professores e dos estudantes”.^[i]

Em 2016, o primeiro Relatório Global das Nações Unidas sobre a natureza, alcance e impacto na violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de género em contextos educativos reportava que “cerca de 85% dos estudantes lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros (LGBT), em alguns países, são vítimas de violência, incluindo o bullying, na escola, tal como os estudantes que não são LGBT, mas que são vistos como não conformes às normas de género

também são alvo de violência.”^[ii] Em 2017, assinalando o Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia, uma declaração conjunta do Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas e de, entre outros, vários peritos independentes, reafirmava que “as crianças e os adolescentes transgénero e com diversidade de género são também mais vulneráveis à violência relacionada com a escola (bullying) e à exclusão na sala de aula, nos recreios, nas casas de banho e nos balneários, no caminho para e da escola, bem como na internet (cyberbullying)”. Neste contexto, apelava aos Estados “para que adotem e apliquem medidas eficazes que proíbam a violência, leis antidiscriminação que abranjam a identidade e a expressão de género - real ou percebida - bem como a orientação sexual como motivos proibidos de discriminação, para que desenvolvam currículos e materiais didáticos inclusivos, formação e apoio aos professores e outro pessoal escolar, programas de educação e apoio aos pais, acesso seguro e não discriminatório às casas de banho e programas de sensibilização que fomentem o respeito e a compreensão da diversidade de género”^[iii].

Defendendo respostas abrangentes do sector da educação, também a UNESCO lembra que a prevenção e a abordagem da violência homofóbica e transfóbica em contextos educativos são fundamentais para garantir que os ambientes de aprendizagem sejam seguros, inclusivos e de apoio para todos, sendo ainda condição para a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, garantindo o direito a um ensino de qualidade para todos os alunos.^[iv]

Situações de conflito e bullying nas escolas em Portugal

Em Portugal, é sabido que há situações de conflito e bullying nas escolas, que resultam

de um inaceitável desrespeito pela identidade de género de alunos e de docentes, quantas vezes calados por vergonha, pela burocracia associada à denúncia ou pela sua inutilidade. É, por isso, indispensável que as escolas lidem com estas situações e criem ambientes de sã convivência, promotores de respeito pela diferença.

Reduzir a questão às casas de banho e balneários é caricaturá-la e desvalorizá-la. Misturá-la com resultados menos positivos no âmbito do PISA ou das provas de aferição é demagogia.

Compreende-se que, por razões ideológicas de natureza distinta (política, religiosa ou outra), haja quem se oponha, por vezes ferozmente, à regulamentação de uma lei que é de agosto de 2018 e deveria ter sido regulamentada em 180 dias.

A FENPROF reconhece a delicadeza deste quadro legal, mas considera importante que a Escola não passe ao lado da problemática e que os profissionais da Educação discutam e recebam informação e formação sobre como lidar com a diversidade, seja de que tipo for.

Como lembra o Comité Sindical Europeu da Educação, “sociedades cada vez mais complexas e diversificadas exigem mais esforços para combater todos os tipos de discriminação, a fim de reforçar a igualdade e a diversidade como um valor acrescentado. Estes esforços são especialmente importantes no domínio da educação, uma vez que se trata de um direito humano básico e um bem público que deve ser acessível a todos, independentemente do género, orientação sexual, capacidades e necessidades educativas, estatuto económico, origem étnica, língua, religião, estatuto migratório e de cidadania”.^[v]



Posição da Internacional de Educação

Subscrevendo a posição da Internacional da Educação, de que a promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos, incluindo a orientação sexual, a identidade de género ou a expressão de género, fazem parte da agenda do movimento sindical docente, e de que as escolas e as instituições do ensino superior desempenham um papel central na educação dos seus alunos, trabalhadores e comunidades contra a homofobia e a transfobia, a FENPROF defende o aprofundamento da discussão sobre medidas inclusivas contra a violência e a discriminação, a par da sensibilização, compreensão, aceitação e respeito pela diversidade de género, em contexto escolar e na sociedade em geral.

A FENPROF considera, por último, que a concretização de medidas que venham a ser tomadas não poderão, como é norma, ficar à responsabilidade exclusiva das escolas, devendo contar com o envolvimento empenhado dos responsáveis do Ministério da Educação, o que raramente acontece, nomeadamente quando está em causa o reforço de recursos. | Documento divulgado pelo SN da FENPROF em 18.01.2024. ●

[i] El Resolution on Securing LGBTI Rights (2019);

[ii] Out In The Open, UNESCO takes on school-related homophobic and transphobic violence (2016)

[iii] Embrace diversity and protect trans and gender-diverse children and adolescents | OHCHR: "Por ocasião do IDAHOT 2017, recordamos aos Estados a sua obrigação de combater a transfobia, que conduz à violência e à discriminação contra jovens e pessoas com diversidade de género, apelamos aos Governos para que abracem a diversidade humana, reflectindo a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos, e sublinhamos a necessidade de medidas de implementação holísticas, incluindo leis, políticas e práticas adequadas. Uma análise universal do género, baseada nos direitos, deve abordar as construções sociais, as práticas e os costumes que tendem a reforçar os estereótipos de género."

[iv] Expert Consultation on Bullying and Cyberbullying UNESCO's work to support education sector responses to violence based on sexual orientation and gender identity/expression and other forms of school-related violence. (2016)

[v] ETUCE Statement on EU strategy on the rights of the child (2021-2024): "A questão é especialmente relevante para as crianças LGBTI, que frequentemente enfrentam dificuldades devido a políticas, preconceitos, bullying e discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género. Muitas vezes, estas situações obrigam as crianças LGBTI a esconder a sua identidade ou mesmo a abandonar a escola. A estratégia sobre os direitos da criança deve exigir um compromisso claro dos Estados-Membros para combater a homofobia, a bifobia e a transfobia nas instituições de ensino, nos meios de comunicação social e na sociedade em geral, a fim de garantir que as crianças LGBTI possam usufruir plenamente dos seus direitos e não sejam discriminadas."



Mobilidade por doença

Rostos e vozes vítimas de um desumano regime

Ana Cristina Almeida, Fernanda Oliveira, Helena Pereira, Maria de Lurdes Maia, Ricardo Oliveira e Sílvia São Miguel. Estes são seis nomes de docentes que foram vítimas do desumano regime de Mobilidade por Doença imposto pelo Ministério da Educação em 2022.

Dois anos passados, por imposição legal, o diploma legal que criou tal regime terá de ser revisto e a FENPROF tudo fará para a sua revogação e substituição por outro que proteja, de facto, quem padece

de doença incapacitante ou apoia familiar direto nessa situação.

Para que se compreendam as consequências do regime imposto pelo ME, a FENPROF deu voz a seis docentes que foram impossibilitados de beneficiar da proteção a que deveriam ter direito e que, em conferência de imprensa realizada no passado dia 14 de fevereiro em Coimbra, falaram da situação que estão a viver desde que lhes foi negado o direito a mobilidade por doença. ●



Vídeo completo da Conferência de Imprensa em: <https://shorturl.at/tAIO6>



4 petições para a próxima Assembleia da República

Prossegue em todo o país a recolha de assinaturas para as quatro petições que serão entregues à Assembleia da República eleita a 10 de março, assim que os deputados iniciem funções. Apontando para matérias fundamentais da vida dos professores, essas petições têm os seguintes objetivos:

- Eliminar a precariedade na profissão docente
- Por horários de trabalho justos, legais e adequados às funções docentes
- Por um regime específico de aposentação
- Recuperação do tempo de serviço congelado

Podes assinar as petições em: www.fenprof.pt

Os desafios da escola pública no grande encontro do Seixal



alertado para o problema do envelhecimento da profissão, para o abandono dos mais jovens professores e para a fuga aos cursos de formação para a docência. Os governos não tiveram em conta os alertas e hoje temos milhares de alunos sem professores a alguma disciplina e só o recurso a milhares de outros diplomados que se dispõem a dar aulas disfarça, de alguma forma, um problema que é gravíssimo e põe em causa a Escola Pública e a qualidade do ensino em Portugal.

A esta falta de professores não é alheia a desvalorização da profissão, alerta a Inter, “fruto de políticas negativas levadas a cabo por vários governos ao longo de muitos anos. A luta que os docentes têm vindo a desenvolver é, por isso, uma luta em defesa da sua profissão, dos seus direitos,

mas também em defesa de uma Educação que, para continuar a ter qualidade, não pode deixar de contar com profissionais devidamente qualificados.”

Todavia, acrescenta a Central, “os problemas com os trabalhadores da Educação não se resumem aos docentes. Técnicos superiores, técnicos especializados e assistentes, tanto operacionais, como administrativos, estão em falta nas escolas e, também eles, têm vindo a ser alvo de políticas de desvalorização”.

No fecho desta edição do JF estava tudo a posto para a realização do XV Congresso da CGTP-IN, nos dias 23 e 24 de fevereiro, no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha, Seixal, com o lema “Com os Trabalhadores | Organização, Unidade e Luta! | Combater a exploração | Afirmar Abril por um Portugal com Futuro”. Os desafios da escola pública marcam presença saliente na documentação elaborada pela Central para a dinamização do debate preparatório. A assembleia magna da Inter reunirá representantes dos trabalhadores de todos os setores, tendo sido eleitos 750 delegados em todo o país. Será aprovado um Programa de Ação para o mandato 2024/2028.

Para a CGTP-IN, o combate ao insucesso e aos problemas de abandono que ainda se vão verificando, não se faz com medidas de curto alcance e meramente conjunturais, mas com um financiamento efetivo na Educação, visando alcançar os 6% do PIB, como recomendam organizações internacionais como a OIT, a UNESCO, a UNICEF ou a Internacional de Educação.

O projeto de Programa de Ação aponta um assunto, que, “sem surpreender, se tornou mais notório e gravoso - o da falta de docentes”. As organizações sindicais e o Conselho Nacional de Educação já tinham



GARANTIR DIREITOS
COMBATER A EXPLORAÇÃO

AFIRMAR ABRIL
POR UM PORTUGAL COM FUTURO

O projeto de Programa de Ação lembra ainda que “foi, ainda, nesse período que à Educação foi imposto um processo de transferência de quase todas as competências para os municípios. Um processo de municipalização que, a par da continuada transferência das fontes de financiamento para os Fundos Europeus, se traduz numa autêntica desresponsabilização do Estado de competências suas, mas que vai deixando de assumir.”

Ensino profissional e creches

Dois aspetos de grande importância na Educação das crianças e dos jovens são a indispensável valorização do ensino profissional e a criação de uma rede pública de creches. Quanto ao ensino profissional é inadmissível que o governo ainda não tenha repostos os cortes de financiamento impostos no período da troika e que continue a fazer depender o seu financiamento dos Fundos Europeus, não investindo, como devia, nesta vertente do ensino e da formação dos jovens. Quanto às creches, enquanto o governo obstruir a criação de uma rede pública que garanta a universalização da resposta, esta manter-se-á muito aquém das necessidades, conclui a CGTP-IN. ●

Objetivos reivindicativos no plano da Educação

- A exigência de reforço de financiamento público na Educação, por via do Orçamento do Estado;
- A valorização dos trabalhadores da Educação nos planos social, material e profissional, bem como o seu reforço nas escolas, conferindo atratividade às carreiras e às profissões;
- A reversão do processo de municipalização, com o Estado central a assumir as suas responsabilidades, deixando de as transferir para outrem;
- A garantia de reforço de medidas de discriminação positiva das crianças, jovens e famílias, cujo empobrecimento é notório, em resultado das políticas gerais de aumento da exploração de quem trabalha;
- A aprovação de um regime de gestão democrática das escolas, como garante da plena participação dos seus trabalhadores nos diferentes níveis de gestão e de uma implicação adequada de toda a comunidade;
- O financiamento público adequado do ensino profissional;
- A criação de uma rede pública de creches.

Do projeto de Programa de Ação do XV Congresso da CGTP-IN

CGTP-IN mobiliza para importantes ações nas próximas semanas

FEVEREIRO

23 e 24

XV Congresso da CGTP-IN, no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha, Seixal

MARÇO

8

Comemorações do Dia Internacional da Mulher

18 a 22

Semana da Igualdade

27

Manifestação Nacional dos Jovens Trabalhadores, em Lisboa e no Porto

ABRIL

Dar continuidade ao programa de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, com o lema “Abril | Presente e

Futuro | Com a força dos trabalhadores”; dinamizar e participar na preparação das comemorações populares do 50º aniversário do 25 de Abril, afirmando as conquistas da Revolução e os seus valores

MAIO

1

Dia Mundial do Trabalhador. Ações em todos os distritos do continente e regiões autónomas.



Mais precariedade em 2023

Em 2023, a precariedade atingiu cerca de **740 mil trabalhadores** no nosso país (17,4% do total) e está em crescimento quer em número, quer em taxa de incidência, de acordo com dados do INE. Aumentou 52 milhares relativamente a 2022 (+7,6%), quando abrangia 16,5% do total de trabalhadores. O alerta é da CGTP-IN que faz um balanço muito expressivo da situação do emprego no ano passado, na base dos números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (Inquérito ao Emprego). É urgente responder aos problemas que persistem e que causam a degradação das condições de vida de quem trabalha. Para tal é preciso valorizar o trabalho e os trabalhadores e essa valorização exige, entre outras medidas, o aumento geral e significativo dos salários para todos os trabalhadores e a estabilidade e segurança no emprego, salienta a Central. ●



Sob o tema “**O 25 de Abril e os Trabalhadores**”, decorre até ao próximo dia **31 de março** o concurso nacional de fotografia promovido pela CGTP-IN por ocasião dos cinquenta anos da Revolução dos Cravos. Com esta iniciativa, a Central pretende salientar o valor do trabalho e a importância das conquistas alcançadas com o 25 de Abril para os direitos dos trabalhadores e evidenciar a relação destes com os valores de Abril, nomeadamente a liberdade, a democracia, o progresso, a paz, a luta contra todo o tipo de discriminações, os direitos humanos. ●

+ **INFO** www.cgtp.pt



A solidariedade com o povo da Palestina tem de prosseguir!

A capital portuguesa voltou a acolher uma nova jornada de solidariedade com o povo da Palestina, na qual se reafirmou a necessidade imperiosa de paz no Médio Oriente, de uma Palestina independente e do fim da guerra e do massacre. Na tarde do passado dia 14 de janeiro milhares de pessoas, incluindo professores, desfilarão entre a Embaixada dos EUA (zona de Sete Rios) e a Embaixada de Israel (Rua António Enes), exigindo um cessar-fogo imediato e permanente e o fim de novos bombardeamentos e ataques israelitas. Preocupantes, mas ao mesmo tempo esclarecedoras, foram as declarações recentes de Netanyahu ao excluir a solução de dois Estados. O primeiro-ministro de Israel insistiu que depois da guerra atribuirá às forças israelitas o controlo da segurança de “todo o território a oeste do rio Jordão”.

A manifestação foi convocada pelo CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação; MPPM – Movimento Pelos Direitos do Povo Palestino; CGTP-IN e Projeto Ruído – Associação Juvenil, a que se juntaram muitas outras organizações, sob o lema “Paz no Médio Oriente! Palestina Independente! Fim à Guerra! Fim ao Massacre!”.

Nos cartazes e panos e nas palavras de ordem, os manifestantes sublinharam

a importância, hoje, de garantir a ajuda humanitária e a reconstrução da Faixa de Gaza; de pôr fim à violência dos militares e colonos israelitas na Cisjordânia e a 17 anos de desumano cerco da Faixa de Gaza; de libertar todos os detidos; e de impedir a expulsão dos palestinianos da sua terra.

A solidariedade com o povo palestiniano tem de prosseguir! – esta foi uma das notas em destaque na jornada de Lisboa, que lembrou a morte de 23 mil pessoas (das quais 9 mil crianças) e a destruição de casas, escolas, hospitais e centros de saúde nos 100 dias de bombardeamentos (à data da manifestação). A 19 de dezembro já tinha decorrido ação idêntica no Porto, com milhares de pessoas no “cordão humano” entre a estação do metro da Trindade e a Avenida dos Aliados.

A FENPROF tem participado neste movimento de solidariedade com o povo e a comunidade educativa da Palestina, como ficou bem patente na sessão realizada em finais de novembro, a propósito do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, instituído pela ONU desde 1977 para assinalar a Resolução 181 sobre a Partilha da Palestina, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1947. A iniciativa da Federação foi apresentada como mais uma ação para promover a consciencialização global sobre os

desafios enfrentados pelo povo da Palestina e para reafirmar o compromisso com uma solução pacífica e duradoura. Participaram Carlos Almeida, Vice-Presidente do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM) e Dima Mohammed, palestina, investigadora e docente na Universidade de Lisboa.

Também a CGTP-IN tem realçado a necessidade de intensificar a solidariedade com este povo martirizado, vítima da criminoso e cruel violação de qualquer princípio humanitário por parte de Israel, na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, todos os dias demonstrada pela chacina, pelos brutais bombardeamentos, pelos ataques a hospitais, ambulâncias, escolas, agências da ONU, pelos cortes de água, eletricidade, bloqueio à circulação e distribuição de alimentos e medicamentos.

É preciso parar! É preciso encontrar soluções duradouras

Destaca a Central unitária:

“O grau de destruição e morte causado por esta agressão é inaceitável: dezenas de milhares de mortos e feridos, na sua maioria crianças e mulheres; milhares de desaparecidos; quase toda a população da Faixa de Gaza, mais de 2 milhões de pessoas, deslocada ou sem abrigo, centenas de funcionários das agências humanitárias da ONU e pessoal de saúde mortos.

Denunciamos e condenamos a hipocrisia e cumplicidade daqueles que tudo fazem para branquear e permitir que a chacina continue. São inadmissíveis os vetos e votos contra dos Estados Unidos da América e de países europeus às exigências da ONU dum cessar-fogo humanitário imediato e permanente em Gaza.”

A propósito, o Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) recorda a aprovação, em dezembro passado, pela Assembleia Geral da ONU, da resolução que reafirma o direito do povo palestiniano à autodeterminação, incluindo o direito ao seu Estado independente da Palestina, adotada com 172 votos a favor, 10 abstenções e 4 votos contra, nomeadamente por parte dos EUA e de Israel.

A tomada de posição sublinha a urgência de pôr fim à ocupação israelita e de um acordo de paz justo, duradouro e abrangente, com base nas resoluções pertinentes das Nações Unidas, e salienta a necessidade do respeito e preservação da unidade, contiguidade e integridade territorial de todo o território palestiniano ocupado, incluindo Jerusalém Oriental.

“Estados Unidos da América são cúmplices”

Comenta o CPPC:

“Uma vez mais, foi reiterado que o mundo está do lado do direito do povo palestiniano

à autodeterminação, incluindo do direito ao seu Estado independente da Palestina. Uma vez mais, fica também claro que os Estados Unidos da América são cúmplices e apoiam a brutal política de ocupação e colonização por parte de Israel na Palestina. Um posicionamento dos EUA, tão

mais inaceitável e merecedor de repúdio e condenação, quando Israel leva a cabo crimes e massacres contra o povo palestino, particularmente na Faixa de Gaza, causando largas dezenas de milhar de mortos e feridos, na sua maioria crianças e mulheres, a sistemática destruição

de bairros, de infraestruturas médicas e das agências da ONU, assim como a imposição de um cruel e desumano bloqueio que impede o fornecimento de água, alimentos e medicamentos, assim como de eletricidade e combustíveis". ●

Argentina

¡La patria no se vende. Se defiende!

MANUELA MENDONÇA (presidente do CN da FENPROF)

No dia 24 de janeiro, respondendo ao apelo das centrais sindicais argentinas, mais de 700.000 pessoas marcharam até ao Congresso e 1,5 milhões marcharam por todo o país em repúdio pelo projetos de Ley Ómnibus e do Decreto de Necesidad y Urgencia (DNU) do Presidente Javier Milei, considerados um ataque à democracia e aos direitos laborais na Argentina.

Para os sindicatos, tratou-se do “primeiro grande ato de resistência” a um governo que demonstra grande “insensibilidade social”, de uma resposta “massiva, democrática e pluralista”. Citando um dirigente da Central dos Trabalhadores Argentinos: “Milhares e milhares de trabalhadores estão aqui, em unidade. As três centrais sindicais, os movimentos sociais, as organizações de defesa dos direitos humanos, as pessoas da cultura, da arte e do desporto. Todos estão aqui. Esta é a verdadeira Argentina, a Argentina que não se rende e a Argentina que não se vende”.

Após o anúncio dos projetos de lei, a Confederação dos Trabalhadores da Educação da República Argentina (CTERA), organização com a qual a FENPROF mantém relações de cooperação há muitos anos, declarou-se “em estado de alerta e mobilização” perante os ataques à educação pública e aos direitos da docência. A CTERA rejeita a redução do Ministério da Educação a Secretaria da Educação e o capítulo sobre educação incluído no projeto da Ley Ómnibus, que torna vulneráveis os direitos conquistados e abre de par em par as portas à privatização e mercantilização da educação no país. Especialmente rejeita o artigo relativo à Paritária Nacional docente, por desvirtuar o sentido desta instância de negociação coletiva, uma conquista histórica do sindicalismo docente. A CTERA rejeita também a intenção de definir a educação como serviço essencial, limitando o direito à greve e ao protesto



social, consagrado na Constituição e em convenções internacionais.

Sublinhando o papel crucial dos sindicatos da educação na proteção dos direitos dos professores e na promoção dos valores cívicos e democráticos, a Internacional da Educação (IE) e o Comité Regional da IE da América Latina (IEAL) manifestaram a sua solidariedade aos professores e aos sindicalistas argentinos, comprometendo-se a manter-se vigilantes contra qualquer ato repressivo levado a cabo pelo governo.

Na sua página web, a CTERA agradece à IE, à IEAL, aos sindicatos de professores (entre os quais a FENPROF) e às centrais de trabalhadores da América Latina e do mundo pelo apoio e solidariedade recebidos. “Agradecemos as mobilizações em diferentes partes do mundo, as manifestações e a entrega de notas às embaixadas argentinas no estrangeiro, declarando o repúdio pelas medidas e a solidariedade com o nosso povo. A contundente greve nacional de

24 de janeiro e as mobilizações massivas no nosso país viram-se fortalecidas pelas vossas manifestações de fraternidade. Muito obrigado, companheiras e companheiros! ●

“
Na sua página web, a CTERA agradece à IE, à IEAL, aos sindicatos de professores (entre os quais a FENPROF) e às centrais de trabalhadores da América Latina e do mundo pelo apoio e solidariedade recebidos.

Música**Nazaré Clássica**

O projeto Nazaré Clássica 2024 conta com a participação do Sexteto Limbar e Corda a Corda. O próximo recital decorrerá a **14 de março**, às 21h30, no auditório da biblioteca municipal José Soares. O evento tem a direção artística do maestro Adelino Mota. ●

**Exposição****“José Mattoso: 1933-2023”
na Biblioteca Pública de
Braga**

A Biblioteca Pública de Braga (BPB), unidade cultural da Universidade do Minho, apresenta até **7 de março** de 2024 a exposição bibliográfica “José Mattoso: 1933-2023”, evocando esta figura da cultura portuguesa contemporânea, que faleceu em julho passado aos 90 anos. A mostra no átrio da BPB dá a conhecer a vida e obra deste autor decisivo na renovação metodológica da historiografia em Portugal. A entrada é livre, todos os dias úteis, entre as 9h30 e as 17h30.

Como historiador e homem de cultura, José Mattoso possui uma extensa obra editada em Portugal e no estrangeiro, com mais de cinco centenas de livros, opúsculos, artigos, comunicações em congressos e colaborações em vários domínios, seja como medievalista, estudioso, ensaísta e diretor de obras coletivas ímpares na historiografia nacional, lembra a Universidade do Minho.

Os seus textos foram fulcrais para repensar as origens de Portugal e a sociedade medieval portuguesa de uma forma global, merecendo especial destaque Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros: a nobreza medieval Portuguesa nos séculos XI e XII (1982) e Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal: 1096-1325 (1985), ou as várias obras coletivas que dirigiu, como História de Portugal (1992-1993) em oito volumes e História da Vida Privada em Portugal (2010-2011), incontornáveis na historiografia portuguesa do final do século XX. ●

+ INFO <https://shorturl.at/tBINR>

Exposição**“Plug-in”. Trabalhos de
Joana Vasconcelos no
MAAT**

O Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia (MAAT), em Lisboa, apresenta até **8 de abril** “Plug-in”, uma exposição individual de Joana Vasconcelos, que reúne obras inéditas, algumas peças icónicas produzidas pela artista desde 2000, e ainda obras da Coleção de Arte Fundação EDP, estabelecendo um diálogo entre o património da eletricidade, a tecnologia e as artes plásticas.

“Plug-in”, refere o MAAT, tem lugar em ambos os edifícios do museu, agora designados como MAAT Central e MAAT Gallery. No primeiro, a artista apresenta a Árvore da Vida (2023), criada no contexto da Temporada Cruzada Portugal-França e adaptada agora à Central Tejo. No MAAT Gallery, são apresentadas sete obras no total: a inédita Drag Race (2023), que estabelece um diálogo com War Games (2011), duas viaturas convencionais transformadas em obras de arte, a primeira exuberantemente ornamentada com talha dourada e plumas e a segunda coberta com espingardas brinquedo e recheada com bonecos de peluche. Duas peças que marcaram presença no Guggenheim Museum de Bilbao são apresentadas pela primeira vez em Lisboa: a máscara de espelhos popularizada com o título l’Il Be Your Mirror (2019) e o gigantesco anel Solitário (2018), que está instalado no exterior do museu. Da Ásia chega a escultura têxtil Valkyrie Octopus criada em 2015 para o resort MGM Macau, pela primeira vez na Europa, agora na Galeria Oval. ●

+ INFO <https://casadamusica.com>

**17º Campeonato Nacional de Jogos
Matemáticos**

A Universidade de Aveiro recebe a **14 de março** (dia do Pi) a final do 17º Campeonato Nacional de Jogos Matemáticos. Naquela data comemora-se também o Dia Internacional da Matemática. A Associação Ludus, a Associação de Professores de Matemática, a Sociedade Portuguesa de Matemática e a Ciência Viva promovem anualmente, desde 2004, esta competição. A atual edição do campeonato é organizada localmente pela Universidade de Aveiro, através da Fábrica Centro Ciência Viva de Aveiro, do Departamento de Matemática da Universidade de Aveiro e do Projeto Matemática Ensino (PmatE). ●

+ INFO www.ua.pt/pt/fabrica/cnjm17

Música

Festival de Jazz Bernardo Sasseti

O Teatro São Luiz, em Lisboa, anuncia para **28 a 30 junho** o Festival de Jazz Bernardo Sasseti (FJBS), projeto itinerante que “aproxima público, músicos, professores e estudantes” e que “pretende agir em nome do artista no tecido cultural português, através da formação e da programação, havendo sempre um momento de destaque para a obra deixada por Bernardo Sasseti. Com cada edição a ter lugar numa cidade diferente do país, 2024 leva finalmente o festival a Lisboa, a cidade onde o músico nasceu e cresceu.” No São Luiz,

o festival decorrerá de 28 a 30 de junho, nas salas Luis Miguel Cintra, Sala Mário Viegas e Sala Bernardo Sasseti.

Criado pela Casa Bernardo Sasseti (<https://www.casabernardosasseti.com/>) com o objetivo central de levar o Jazz e o nome de Bernardo Sasseti a todo o país, o festival tem convidado músicos nacionais e internacionais a apresentarem-se em concerto no decorrer de três dias, desafiando ainda um grupo a fazer repertório inteiramente dedicado à música de Bernardo Sasseti. De resto, o FJBS pretende incentivar os músicos a tocarem os seus próprios projetos, desta forma honrando a liberdade criativa que Bernardo Sasseti prezava, valorizava e que tanto o caracterizava. O fim-de-semana de concertos é sempre antecedido de um workshop lecionado por músicos que se apresentam no festival e no qual os alunos montam repertório com a finalidade de se apresentarem numa das tardes da programação. A Jam Session é o ponto de união entre todas as atividades do FJBS, sendo convidado em cada dia um diferente trio para fazer o set de abertura. ●

+ INFO www.teatrosaoluiz.pt



Exposição

Coleção do Atelier-Museu Júlio Pomar em Bragança

O Atelier-Museu Júlio Pomar, de Lisboa, levou a sua coleção ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais (Rua Abílio Beça, 105), em Bragança, dando continuidade a um programa de itinerâncias que tem desenvolvido desde a sua abertura. Estas exposições têm tido o intuito de dar a conhecer a obra deste artista noutras regiões do país. Na cidade transmontana pode ser visitada até **30 de junho** próximo. ●

+ INFO

<https://centroartegracamorais.cm-braganca.pt>



Música

“Canções de Roda, Lengalengas e Outras Que Tais” no Convento de São Francisco (Coimbra)

Um quarteto de peso, que dispensa apresentações - Ana Bacalhau, vocalista dos Deolinda, Jorge Bem-Vinda, Sérgio Godinho e Vitorino - sobe ao palco principal do Convento de São Francisco, em Coimbra, para apresentar Canções de Roda, Lengalengas e Outras Que Tais, no dia **17 de março**. Trata-se uma viagem às canções tradicionais dos nossos avós, temperadas por algumas canções mais recentes dos autores. O espetáculo, marcado para as 19h00, tem, ainda, a especialíssima participação dos Coros Infantojuvenis: Coimbra Cantat e Coro do Conservatório de Música de Coimbra. ●

+ INFO www.coimbraconvento.pt

Música

“Venham mais 300” na Casa da Música

A obra de Zeca Afonso homenageada por 100 flautas, 100 clarinetes e 100 saxofones. Em 2024, Portugal é o País tema da Casa da Música e a escolha tem como mote maior a celebração dos 50 anos do 25 de Abril, com uma agenda recheada de eventos muito interessantes. Registe-se, como exemplo, o espetáculo “Venham mais 300”, baseado na obra de José Afonso, às 21h00 do dia **24 de abril** na sala Suggia. O valioso trabalho do autor de “Grândola, Vila Morena” e de tantas outras canções geniais que marcaram a música em Portugal, é aqui alvo de uma releitura para orquestra (com 100 flautas, 100 clarinetes e 100 saxofones). E que orquestra: são mais de 300 músicos, entre alunos de escolas vocacionais e membros de bandas filarmónicas. Num projeto desenvolvido em parceria com a ESMAE (Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo), este batalhão de artistas celebra o 25 de Abril da melhor maneira: apresentando em estreia mundial novos arranjos para um conjunto de canções do Zeca. ●

Exposição

Museu de Arte Contemporânea da Madeira

O Museu de Arte Contemporânea da Madeira, na Calheta, apresenta até **30 de setembro** 2024, com curadoria de Márcia de Sousa, a exposição “Entre coleções: Maria Eugénia e Francisco Garcia e Museu de Arte Contemporânea da Madeira”. Horário: de terça a sábado, das 9h30 às 13h00; e das 14h00 às 17h30. ●

Teatro

“Uma Vida no Teatro”

No Teatro Aberto, em Lisboa, avançam os ensaios do próximo espetáculo “Uma Vida no Teatro”, de David Mamet (foto), com encenação de Cleia Almeida que estreará a **27 de março**, Dia Mundial do Teatro, na Sala Vermelha. ●



ctt

Taxa Paga
Portugal
Contrato 57768

Publicações
Periódicas

Pode abrir-se para
verificação postal
Autorizado a circular
fechado D160294023ES



Participa!

Até dia 1 de maio de 2024

50 anos do 25 de Abril

25 de ABRIL
50
anos

CONCURSO

Cartaz | Texto criativo |
Banda Desenhada |

50 anos de Liberdade

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

Destinatários:

- Estudantes
- . Pré-Escolar
- . 1.º Ciclo
- . 2.º e 3.º CEB
- . Ensino Secundário
- . Ensino Superior

Consulta o

REGULAMENTO



www.fenprof.pt/concurso-50-anos-do-25-de-abril-50-anos-de-liberdade